



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

625

CONCORRÊNCIA

003/2021

Protocolo nº 2489/2021

**Objeto: Pavimentação de Estrada Vicinal –
Estrada Municipal KO -002 – Trecho 2/ - Estrada
Cachoeirinha – Bairro Campina dos Crispins**

VOLUME III

OBJETO: A Comissão Permanente de Licitações torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 12 de Novembro do ano de 2021, na sala de Licitações da Prefeitura, situada na Rua Amazonas nº 373, em Piên, Paraná, Brasil, **Abertura das propostas considerando que não foram apresentados recursos**, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos, da(s) seguinte(s) obra(s): Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área total de 17.925,28m².

Piên/PR, 03 de Novembro de 2021.


Marcos Aurelio Melenek
Presidente da CPL

JULGAMENTO DE RECURSO E DATA DE ABERTURA DE PROPOSTA (03/12/2021)

627

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2021

“ REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS ”

📅 Abertura: 22/10/2021 09:30

EDITAL COMPLETO

CONCORRÊNCIA 003/2021

“ PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM ÁREA DE 17.925,28 M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS. ”

📅 Abertura: 21/10/2021 09:30

EDITAL COMPLETO

TERMO DE REFERENCIAL DESCRITIVO

PLANILHA ORÇAMENTARIA

JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

DATA DE ABERTURA PROPOSTAS

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

“ Dispensa de licitação para contratação de empresa promotora de eventos para Live do dia 01/11/2021 e 1º pedal de Piên. ”

📅 Abertura: 20/10/2021 17:00

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

“ Dispensa de licitação para aquisição de mascotes “leão”, camisetas e garrafas squeeze, referente Projeto PROERD. ”

📅 Abertura: 20/10/2021 17:00

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

“ Dispensa de licitação para aquisição 240 xícaras de cerâmica, com no mínimo 740ml de capacidade, 13 cm de diâmetro, pintura lisa sem estampas, de cores variadas, pintura esmaltada com produto atóxico. ”

📅 Abertura: 20/10/2021 17:00

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO NA ÍNTEGRA

628

DISPENSA DE LICITAÇÃO 156/2021

66 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO E CULTURAL ALUSIVO A COMEMORAÇÃO DO 60º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, E REALIZAÇÃO DO PASSEIO CICLÍSTICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER. 99

📅 Abertura: 27/10/2021 08:00

TERMO DE DISPENSA

PROCESSO NA ÍNTEGRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 053/2021

66 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE A DISTRIBUIDORA E O CONSUMIDOR, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DEMAIS REGULAMENTOS EXPEDIDOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. 99

📅 Abertura: 27/10/2021 08:00

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2021

66 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SAIBRO E PEDRAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. 99

📅 Abertura: 26/10/2021 09:30

EDITAL COMPLETO

ERRATA EDITAL (MANTENDO A MESMA DATA DE ABERTURA)

DISPENSA DE LICITAÇÃO 155/2021

66 AQUISIÇÃO DE 217 MASCOTES "LEÃO", 255 CAMISETAS E 10 GARRAFAS SQUEEZE, TODOS DO PROJETO PROERD, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 99

📅 Abertura: 26/10/2021 08:00

TERMO DE DISPENSA

PROCESSO NA ÍNTEGRA

TOMADA DE PREÇOS 010/2021

66 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ESTRADA DO POÇO FRIO SENTIDO CAMPINA DOS MAIA. 99

📅 Abertura: 25/10/2021 09:30

EDITAL COMPLETO

PROJETO EXECUTIVO

PLANILHAS

SAMIR CHAMBELA ROCHA

De: Licitações Administração
Enviado em: quarta-feira, 3 de novembro de 2021 11:38
Para: pradoepradoservicos@gmail.com; apf@implantec.ind.br;
prime.primeconstrucoes@gmail.com; eziocallari@gmail.com;
licitacao.suica@gmail.com; gammapavimentacao@gmail.com;
bracor@terra.com.br
Assunto: concorrência 03/2021
Anexos: CC3.pdf

Bom dia, Segue anexo data de abertura de proposta.

Prefeitura Municipal de Piên
Comissão de licitações

Campo Alegre, 21 de outubro de 2021.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NESTA

REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021.

OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos. Trechos: Estrada Municipal KO - 002 Trecho 02 - entre estaca 50+0,00 até à estaca final 141+15,00 - extensão de 1.815,00m. Estrada da Cachoeirinha - entre Estrada Municipal KO-002 na estaca 141+0,00 até sua estaca 146+5,00 - extensão 105,00m.

Prezados senhores,

Suíça Administradora de Bens Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, representada pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, vem através desta apresentar sua Proposta de Preços e Prazos, para a execução de serviços objeto da Concorrência acima referenciada.

LOTE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	1	Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m ² , incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos. Trechos: • Estrada Municipal KO - 002 Trecho 02 - entre estaca 50+0,00 até à estaca final 141+15,00 - extensão de 1.815,00m; • Estrada da Cachoeirinha - entre Estrada Municipal KO-002 na estaca 141+0,00 até sua estaca 146+5,00 - extensão 105,00m.	R\$ 2.359.456,77

PREÇO GLOBAL DA OBRA

- Preço máximo: R\$ 2.359.456,77 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos), sendo o preço da mão de obra de R\$ 589.864,19 (quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos) e material de R\$ 1.769.592,58 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais, e cinquenta e oito centavos).

SUIÇA

ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

631

Os BDIs utilizados na planilha orçamentária são 21,71% e 18,38% aplicado ao custo do objeto licitado.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado em até 30 dias da apresentação da Nota Fiscal atestada com o recebimento definitivo da pasta, a ser emitida após a realização de cada medição da obra.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução do objeto é de 210 (duzentos e dez) dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

IDENTIFICAÇÃO DO ADJUDICADO:

RAZÃO SOCIAL: SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: 72.123.631/0001-09 e 252.670.876

ENDEREÇO E TELEFONE: Rodovia SC 418, nº 3815 - Campo Alegre/SC - 89294-000 / 47 3372-1502.

REPRESENTANTE E CARGO: MAURICIO VOGELSANGER - DIRETOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: 2.191.067 (SSP/SC) e 638.924.309-00

ENDEREÇO e TELEFONE: Rua Germano Marquardt, nº 187, Bairro Vila Lalau, Jaraguá do Sul - SC / 89256-200/ 473372-1502.

E-MAIL: licitação.suica@gmail.com

DADOS BANCÁRIOS:

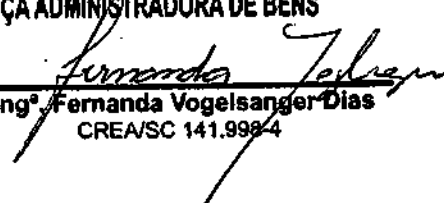
BANCO ITAÚ

AGÊNCIA: 0862

C/C: 40378-9

Cordialmente

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS


Engª Fernanda Vogelsanger Dias
CREA/SC 141.998-4

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS


Mauricio Vogelsanger
Proprietário / Diretor
RG: 2.191.067 - CPF: 638.924.309-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN						
REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA					Data: 21/10/2021	
Município: Piên/PR						
Projeto: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL					BDI OBRA:	21,71%
Local: ESTRADA MUNICIPAL KO-002 - TRECHO 2/ ESTRADA DA CACHOEIRINHA - CAMPINA DOS CRESPIANS					BDI MAT. E EQUIP.:	18,38%
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO PARCIAL (R\$)	PREÇO SUBTOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES					6.754,40
1.1	Demolição de Concreto Simples	m3	3,10	122,10	378,51	
1.2	PLACA DE OBRA TIPO BANNER, 4,00 X 2,00 M, EM QUADRO DE METALON 20 X 20 MM E LONA 360 G, COM IMPRESSÃO DIGITAL, FIXADA EM ESTRUTURA DE MADEIRA.	un	1,00	1.727,48	1.727,48	
1.3	Remoção e recolocação de cercas de arame	m	146,00	28,76	4.198,23	
1.4	Arrancamento de bloco sextavado de concreto	m2	26,65	8,99	239,61	
1.5	Arrancamento de Pedra Irregular	m2	23,42	8,99	210,57	
2	TERRAPLENAGEM					40.295,32
2.1	Compactação de Aterros 100% P.N.	m3	1.488,70	4,25	6.330,70	
2.2	Escavação e carga mat. jazida 1a. cat./sem transporte	m3	9.359,74	3,63	33.964,62	
3	BASE/ SUB-BASE					700.904,06
3.1	Regularização compac.subleito 100% PN	m2	19.832,58	2,77	54.940,21	
3.2	Brita 4A	m3	4.091,69	85,82	351.146,79	
3.3	Brita Graduada	m3	2.550,25	115,60	294.817,06	
4	REVESTIMENTO					988.155,91
4.1	Imprimação com Emulsão EAJ - exclusiva emulsão	m2	17.925,28	0,32	5.807,79	
4.2	Fornecimento de emulsão EAJ - imprimação	ton	19,72	3.468,64	68.401,56	
4.3	Pintura de ligação com RR-1C - exclusiva emulsão	m2	18.127,96	0,23	4.111,42	
4.4	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	9,06	2.887,29	26.158,81	
4.5	CBUQ - CAPA Traço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	2.104,23	203,25	427.674,65	
4.6	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	105,21	4.334,20	456.001,68	
5	MEIO FIO E SARJETA					890,98
5.1	Meio-Fio com Sarjeta DER - Tipo 3 - (0,034 m3) - Pré-Moldado	m	27,00	33,00	890,98	
6	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					65.904,83
6.1	Plantio de Grama em placas	m2	5.064,99	10,61	53.744,61	
6.2	Hidrossemeadura	m2	1.313,44	9,26	12.160,22	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					121.348,02
7.1	Tachão refletivo bidirecional	un	1.513,00	33,07	50.038,39	
7.2	Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	2.069,46	23,37	48.360,18	
7.3	Placa sinalização refletiva - SEM SUPORTE	m2	6,00	523,11	3.138,69	
7.4	Suporte metá. galv. fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	un	16,00	316,16	5.058,55	
7.5	Placa sinalização refletiva-círculo (0,1964 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	11,00	418,90	4.607,90	
7.6	Placa sinalização refletiva-octógono (0,2160 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	2,00	429,15	858,31	
7.7	Placa sinalização refletiva-losango (0,2025 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	22,00	422,09	9.286,00	
8	ILUMINAÇÃO PÚBLICA					42.877,77
8.1	Remanejamento postes linha transmissão	UND	11,00	3.897,98	42.877,77	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN						
REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA					Data: 21/10/2021	
Município: Piên/PR						
Projeto: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL					BDI OBRA:	21,71%
Local: ESTRADA MUNICIPAL KO-002 - TRECHO 2/ ESTRADA DA CACHOEIRINHA - CAMPINA DOS CRESPINS					BDI MAT. E EQUIP.:	18,38%
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO PARCIAL (R\$)	PREÇO SUBTOTAL (R\$)
9	DRENAGEM					358.599,75
9.1	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	m3	362,19	7,57	2.743,05	
9.2	Remoção de bueiro 0,40m	m	213,00	17,63	3.755,98	
9.3	Remoção de bueiro 0,60m	m	70,00	21,17	1.481,57	
9.4	Reaterro e apiloamento mecânico	m3	173,72	25,64	4.433,57	
9.5	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TUILO COM REAPROVEITAMENTO	m3	5,67	136,78	775,57	
9.6	Boca (Ala) de BSTC ø 0,40 m	un	1,00	759,03	759,03	
9.7	Boca (Ala) de BSTC ø 0,60 m	un	3,00	1.128,27	3.384,80	
9.8	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço e sem Armação	m	5,00	71,05	355,27	
9.9	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço e sem Armação	m	5,00	121,74	608,72	
9.10	Corpo de BSTC ø 0,40 Sem Berço c/ Armação Simples CA-I	m	84,00	103,70	8.710,48	
9.11	Corpo de BSTC ø 0,60 Sem Berço c/ Armação Simples CA-I	m	75,00	157,41	11.805,55	
9.12	Corpo de BSTC ø 1,20 Sem Berço c/ Armação Simples CA-I	m	4,00	496,89	1.987,58	
9.13	C.L. pré-moldado Tubo até 0,60	un	4,00	657,95	2.631,79	
9.14	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0,40	un	1,00	894,05	894,05	
9.15	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0,60	un	2,00	1.074,42	2.148,85	
9.16	Rachão s/ britagem	m3	113,59	69,53	7.897,96	
9.17	Sarjeta triangular concreto - tipo 4	m	3.268,11	53,58	175.110,24	
9.18	Transp.segmento sarjeta tipo- 2 (ST-2/SZ-3) c/tubo 0,30m	m	508,00	220,52	112.025,43	
9.19	Caixa Coletora de Sarjeta com Grelha de Ferro	un	10,00	1.274,71	12.747,05	
9.20	Assentamento de tubo 0,40m sem berço	m	41,00	29,08	1.192,24	
9.21	Assentamento de tubo 0,60m sem berço	m	70,00	44,73	3.130,97	
10	ENSAIOS TECNOLÓGICOS					33.725,73
10.1	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método 1 (Bore de	un	25,00	115,33	2.883,20	
10.2	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Sub-base e Base	un	50,00	115,33	5.766,39	
10.3	Ensaio de Granulometria do Agregado	un	50,00	117,58	5.878,98	
10.4	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	25,00	139,65	3.491,30	
10.5	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	25,00	81,70	2.042,42	
10.6	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	25,00	66,57	1.664,35	
10.7	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	un	25,00	179,81	4.495,30	
10.8	Extração de Corpo de Prova de Concreto Asfáltico com Sonda Rotativa	un	25,00	108,89	2.722,21	
10.9	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gb	1,00	4.781,58	4.781,58	
VALOR TOTAL DE MÃO DE OBRA R\$					589.864,19	
VALOR TOTAL DE MATERIAIS R\$					1.769.592,58	
VALOR TOTAL R\$					2.359.456,77	
DATA: 21/10/2021	NOME: SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS			ASS: SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS		
	Nº CREA / CAU:			Proprietário / Diretor		
	Eng.ª Fernanda Vogelsanger Dias			Maurício Vogelsanger		
	CREA/SC 141.998-4			RG: 2.191.067 - CPF: 639.924.309-00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN									
REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021									
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA									
Linha: ESTRADA MUNICIPAL RQ-002 - TRECHO 2/ESTRADA DA CACOEIRINHA - BAIRRO CAMPINA DOS CHESTINS									
DATA: 21/07/2021									
SERVIÇOS	VALOR	%	MES 01	MES 02	MES 03	MES 04	MES 05	MES 06	FINAL
1. SERVIÇOS PRELIMINARES	6.754,40	0,29%	RS 6.754,40	RS 6.754,40	RS 6.754,40	RS 6.754,40	RS 6.754,40	RS 6.754,40	RS 6.754,40
2. TERRAPLANAGEM	40.295,32	1,71%	RS 40.295,32	RS 40.295,32	RS 40.295,32	RS 40.295,32	RS 40.295,32	RS 40.295,32	RS 40.295,32
3. DRENADEIRA	780.014,46	33,17%	RS 780.014,46	RS 780.014,46	RS 780.014,46	RS 780.014,46	RS 780.014,46	RS 780.014,46	RS 780.014,46
4. REVESTIMENTO	988.155,91	41,80%	RS 988.155,91	RS 988.155,91	RS 988.155,91	RS 988.155,91	RS 988.155,91	RS 988.155,91	RS 988.155,91
5. MURTO E SANGRIA	890,48	0,04%	RS 890,48	RS 890,48	RS 890,48	RS 890,48	RS 890,48	RS 890,48	RS 890,48
6. SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	45.944,83	1,93%	RS 45.944,83	RS 45.944,83	RS 45.944,83	RS 45.944,83	RS 45.944,83	RS 45.944,83	RS 45.944,83
7. SINALIZAÇÃO DE TRÁNSITO	121.348,02	5,14%	RS 121.348,02	RS 121.348,02	RS 121.348,02	RS 121.348,02	RS 121.348,02	RS 121.348,02	RS 121.348,02
8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	41.877,77	1,75%	RS 41.877,77	RS 41.877,77	RS 41.877,77	RS 41.877,77	RS 41.877,77	RS 41.877,77	RS 41.877,77
9. DRENAÇÃO	388.529,75	16,31%	RS 388.529,75	RS 388.529,75	RS 388.529,75	RS 388.529,75	RS 388.529,75	RS 388.529,75	RS 388.529,75
10. PASSAGENS TECNOLÓGICAS	33.753,73	1,43%	RS 33.753,73	RS 33.753,73	RS 33.753,73	RS 33.753,73	RS 33.753,73	RS 33.753,73	RS 33.753,73
TOTAL SERVIÇOS	2.359.456,77	100,00%	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77
TOTAL ACUMULADO			RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77	RS 2.359.456,77

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

Maurício Vogelsanger
Proprietário / Diretor
RG: 2.191.067 - CPF: 686.924.309-00

Erg. Fernanda Vogelsanger Dias
CREA/SC 141.998-4

Demonstrativo de cálculo do BDI		
Empreendimento:	Pavimentação asfáltica em CBUQ	
Etapa:		
Tipologia:	Rodovias e ferrovias	
Desoneração:	Sem desoneração (CPRB=0%)	
Componente do BDI	Adotado	
	OBRA	MATERIAIS
Administração Central	4,67%	4,49%
Seguro e Garantia	0,74%	0,89%
Risco	0,97%	0,82%
Despesas Financeiras	1,21%	1,11%
Lucro	8,69%	6,22%
Tributos		
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	0,20%	0,20%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	3,65%	3,65%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	0,00%	0,00%
TOTAL	21,71%	18,38%
Fórmula adotada: $BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$		
Campo Alegre, 21 de outubro de 2021.		

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

Maurício Vogelsänger
Proprietário / Diretor

RG: 2.191.067 - CPF: 638.924.309-00

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

Eng.ª Fernanda Vogelsänger Dias
CREA/SC 141.998-4

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, SOCIEDADE LIMITADA DE UM ÚNICO SÓCIO COM SEDE EM ROD. SC 418, 3815, Bairro Frágoso, Campo Alegre/SC,, por seu representante legal Sr. MAURICIO VOGELSANGER, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 1 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar danos ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar imprópriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;
- (iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
- (iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;
- (v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 2 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo.
- Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.
- (c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas Inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;
- (f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros,

subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria; em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão: As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Campo Alegre, 21 de outubro de 2021.

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

Eng. Fernanda Vogelsänger Dias
CREA/SC 141.998-4

SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS

Maurício Vogelsänger
Proprietário / Diretor
RG: 2.191.067 - CPF: 638.924.309-00

JP
PRADO

ENVELOPE Nº 02
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 003/2021
MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

PROPOSTA DE PREÇOS

21/10/2021 às 9:30hrs
Razão Social: PRADO E PRADO LTDA
CNPJ: 23.153.183/0001-80
TELEFONE: (47) 3622-3321
A.

PRADO

640

PROPOSTA DE PRADO PREÇOS

PRADO E PRADO LTDA - 23.153.183/0001-80
Rua Epitácio Pessoa, 52, bairro Jardim São Paulo – Cascavel-PR
(45) 3097-7665 / engenhariapradoeprado@gmail.com



[Handwritten signature]

THE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE

CONFIDENTIAL

MEMORANDUM

TO : DIRECTOR, FBI

FROM : SAC, NEW YORK



641

PROPOSTA DE PREÇOS

Piên/PR, 21 de outubro de 2021

À Comissão de Licitação

Edital de Concorrência nº 003/2021

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. a nossa proposta de preços, relativa à execução de:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VIVINAL EM CBUQ COM ÁREA DE 17.925,28 m², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de:

TOTAL GLOBAL: R\$ 2.272.069,20 (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos)

O prazo de execução do objeto é de 210 (duzentos e dez) dias contados a partir do 11º (décimo-primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Condições de pagamento: conforme medição

OBS: São partes integrantes desta proposta de preços, a planilha orçamentária rubrica e seu devido cronograma.

Quem irá assinar o contrato será o Sr. Osli do Prado, portador da Carteira de Identidade nº 4.251.052-3 e do CPF nº 588.861.769-53. E a responsável técnica será a Eliane do Prado, inscrita no CREA-PR nº 136.243 D-PR

Atenciosamente,

PRADO E PRADO LTDA
Representante legal
Osli do Prado
RG 4.251.082-3
CPF 588.861.769-53

PRADO E PRADO LTDA - 23.153.183/0001-80

Rua Epitácio Pessoa, 52 – Cascavel-PR

(45) 3097-7665 / engenhariapradoeprado@gmail.com

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

Município:		PIÊN/PR				SAM		60	
Projeto:		PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL				LOTE nº		1	
Local da Obra:		ESTRADA MUNICIPAL KO-002 - TRECHO 2/ ESTRADA DA CACHOEIRINHA - BAIRRO CAMPINA DOS CRISPINS							
Código	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN D	QUANT	UNIT	(R\$) - PM	(R\$) - PM TOTAIS		
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 6.504,21		
606700A	DER	Demolição de Concreto Simples	m3	3,10	117,58	R\$ 364,48			
COMPOSIÇÃO 1	Orçacivil	PLACA DE OBRA TIPO BANNER, 4,00 X 2,00 M, EM QUADRO DE METALON 20 X 20 MM E LONA 360 G, COM IMPRESSÃO DIGITAL, FIXADA EM ESTRUTURA DE	un	1,00	1.663,50	R\$ 1.663,49			
840000A	DER	Remoção e recolocação de cercas de arame	m	146,00	27,69	R\$ 4.042,74			
PAI-023	PM Curitiba	Arrancamento de bloco sextavado de concreto	m2	26,65	8,66	R\$ 230,73			
PAI-025	PM Curitiba	Arrancamento de Pedra Irregular	m2	23,42	8,66	R\$ 202,77			
2		TERRAPLENAGEM					R\$ 38.802,89		
401000	DER	Compactação de Aterros 100% P.N.	m3	1.488,70	4,10	R\$ 6.096,22			
520100A	DER	Escavação e carga mat. jazida 1a. cat./sem transporte	m3	9.359,74	3,49	R\$ 32.706,67			
3		BASE / SUB-BASE					R\$ 674.944,65		
511100A	DER	Regularização compac.subjeito 100% PN	m2	19.832,58	2,67	R\$ 52.905,39			
530200B	DER	Brita 4A	m3	4.091,69	82,64	R\$ 338.141,35			
531000A	DER	Brita Graduada	m3	2.550,25	111,32	R\$ 283.897,91			
4		REVESTIMENTO					R\$ 951.557,50		
560100B	DER	Imprimação com Emulsão EAI - exclusive emulsão	m2	17.925,28	0,31	R\$ 5.592,68			
589190A	DER mat	Fornecimento de emulsão EAI - imprimação	ton	19,72	3.340,17	R\$ 65.868,16			
561100A	DER	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	18.127,96	0,22	R\$ 3.959,14			
589420B	DER mat	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	9,06	2.780,35	R\$ 25.189,96			
570000B	DER	CBUQ - CAPA Traco 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	2.104,23	195,72	R\$ 411.834,84			
589000I	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	105,21	4.173,68	R\$ 439.112,72			
5		MEIO-FIO E SARJETA					R\$ 857,98		
810250D	DER	Melo-Fio com Sarjeta DER - Tipo 3 - (0,034 m3) - Pré-Moldado	m	27,00	31,78	R\$ 857,98			
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					R\$ 63.463,90		
98504	SINAPI	Plantio de Grama em placas	m2	5.064,99	10,22	R\$ 51.754,06			
800100	DER	Hidrossemeadura	m2	1.313,44	8,92	R\$ 11.709,84			
7		SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					R\$ 116.853,59		
873000	DER	Tachão refletivo bidirecional	un	1.513,00	31,85	R\$ 48.185,11			
822000	DER	Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	2.069,46	22,50	R\$ 46.569,05			
820000A	DER	Placa sinalização refletiva - SEM SUPORTE	m2	6,00	503,74	R\$ 3.022,43			
821300	DER	Suporte metá. galv.fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	un	16,00	304,45	R\$ 4.871,19			
820000F	DER	Placa sinalização refletiva-círculo (0,1964 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	11,00	403,38	R\$ 4.437,23			
820000H	DER	Placa sinalização refletiva-octógono (0,2160 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	2,00	413,26	R\$ 826,51			
820000I	DER	Placa sinalização refletiva-losango (0,2025 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	22,00	406,46	R\$ 8.942,07			

Assinaturas

PRADO E PRADO LTDA
Representante legal
Osli do Prado
RG 4.251.082-3
CPF 588.861.769-53

Piên/PR, 21 de outubro de 2021

Responsável Técnico
Eliane do Prado
Engenheira Civil
CREA 136.243 d/PR

0001

8		ILUMINAÇÃO PÚBLICA					R\$ 41.289,70
844000	DER	Remanejamento postes linha transmissão	un	11,00	3.753,61	R\$	41.289,70
10		DRENAGEM					R\$ 345.318,19
600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	m3	362,19	7,29	R\$	2.641,45
630400	DER	Remoção de bueiro 0,40m	m	213,00	16,98	R\$	3.616,86
630600	DER	Remoção de bueiro 0,60m	m	70,00	20,38	R\$	1.426,69
601200A	DER	Reaterro e apiloamento mecânico	m3	173,72	24,69	R\$	4.288,62
97623C	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TÍPOLO COM REAPROVEITAMENTO.	m3	5,67	131,72	R\$	746,84
620000B	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,40 m	un	1,00	730,92	R\$	730,92
620100A	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,60 m	un	3,00	1.086,48	R\$	3.259,43
610400A	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço e sem Armação	m	5,00	68,42	R\$	342,10
610600A	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço e sem Armação	m	5,00	117,23	R\$	586,17
610400C	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	84,00	99,86	R\$	8.387,87
610600D	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	75,00	151,58	R\$	11.368,30
611200A	DER	Corpo de BSTC ø 1,20 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	4,00	478,49	R\$	1.913,96
CLM060	DER	C.L. pré-moldado Tubo até 0,60	un	4,00	633,58	R\$	2.534,31
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0, 40	un	1,00	860,94	R\$	860,94
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0, 60	un	2,00	1.034,63	R\$	2.069,26
516200	DER	Rachão s/ britagem	m3	113,59	66,96	R\$	7.605,44
650600	DER	Sarjeta triangular concreto - tipo 4	m	3.268,11	51,60	R\$	168.624,67
655400	DER	Transp.segmento sarjeta tipo- 2 (ST-2/SZ-3) c/tubo 0,30m	m	508,00	212,36	R\$	107.876,34
		Caixa Coletora de Sarjeta com Grelha de Ferro	un	10,00	1.227,49	R\$	12.274,93
603010	DER	Assentamento de tubo 0,40m sem berço	m	41,00	28,00	R\$	1.148,08
603020	DER	Assentamento de tubo 0,60m sem berço	m	70,00	43,07	R\$	3.015,01
11		ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra)					R\$ 32.476,59
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) -Regularização e Compactação do Subleito	un	25,00	111,06	R\$	2.776,41
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Sub-	un	50,00	111,06	R\$	5.552,82
5.1	DAER/RS	Ensaio de Granulometria do Agregado	un	50,00	113,22	R\$	5.661,24
7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	25,00	134,48	R\$	3.361,99
74022/53	SEIL/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	25,00	78,67	R\$	1.966,77
74022/56	SEIL/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	25,00	64,11	R\$	1.602,70
74022/55	SEIL/2016	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	un	25,00	173,15	R\$	4.328,80
7.1	DAER/RS	Extração de Corpo de Prova de Concreto Asfáltico com Sonda Rotativa	un	25,00	104,86	R\$	2.621,38
3.20	DAER/RS	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gb	1,00	4.604,48	R\$	4.604,48
PREÇO GLOBAL						R\$ 2.272.069,20	R\$ 2.272.069,20

Assinaturas:

PRADO E PRADO LTDA
Representante legal
Osli do Prado
RG 4.251.082-3
CPF 588.861.769-53

Piñ/PR, 21 de outubro de 2021

2/2

Responsável Técnico
Eliziane do Prado
Engenheira Civil
CREA 136.243 d/PR

643

200

PAM SECRETARIA DE ESTAC SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU PAVIMENTAÇÃO														
Município:	PIÊN	SAM	60	Edital no Município	Procedimento prévio	Início previsto da Obra	Convênio	Repasse do Concedente	2.100.000,00					
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	LOTE nº	1	Data	18/10/2021	Dias	70	Data	06/01/2022	nº		Contrapartida do Proponente	812.900,53 100,00%	
Quantidade:	17.925,28 m2	CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO										Valor Total	2.912.809,53 100,00%	
GRUPO	SERVIÇOS	N	PARCELAS (%)										TOTAL	% S/
ITEM		7	1	2	3	4	5	6	7			ITEM (R\$)	TOTAL	
	Data Início		6/1/22	6/2/22	9/3/22	9/4/22	10/5/22	10/6/22	11/7/22					
	Data Fim		5/2/22	8/3/22	8/4/22	9/5/22	9/6/22	10/7/22	10/8/22					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		20	30	30	20						6.504,21	0,29	
2	TERRAPLENAGEM		15	25	30	25	5					38.802,89	1,71	
3	BASE / SUB-BASE		5	20	30	25	20					674.944,65	29,71	
4	REVESTIMENTO			3	20	30	25	20				951.557,50	41,88	
5	MEIO-FIO E SARJETA			15	30	30	25					857,98	0,04	
6	PAISAGISMO / URBANISMO			5	10	30	30	25				63.463,90	2,79	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				20	20	30	30				116.853,59	5,14	
8	ILUMINAÇÃO PÚBLICA				20	30	30	20				41.289,70	1,82	
9	SERVIÇOS DIVERSOS		5	15	25	25	20	10						
10	DRENAGEM		20	30	30	15	5					346.318,19	15,20	
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS		3	12	25	28	21	11				32.476,59	1,43	
TOTAIS			TOTAIS										2.272.069,20	100
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)														
ITEM			PARCELAS							Nº DE MESES	TOTAL ITEM	% S/ ITEM		
			1	2	3	4	5	6	7					
1T	SERVIÇOS PRELIMINARES	TESOURO	R\$											
1C	CONTRAPARTIDA	R\$	1.300,84	1.951,26	1.851,28	1.300,84						4	6.504,21 0,29%	
2T	TERRAPLENAGEM	TESOURO	R\$											
2C	CONTRAPARTIDA	R\$	5.820,43	9.700,72	11.640,87	9.700,72	1.840,14					5	38.802,89 1,71%	
3T	BASE / SUB-BASE	TESOURO	R\$											
3C	CONTRAPARTIDA	R\$	33.747,23	134.988,83	202.483,40	168.736,16	134.988,93					5	674.944,65 29,71%	
4T	REVESTIMENTO	TESOURO	R\$											
4C	CONTRAPARTIDA	R\$		47.577,88	180.311,50	285.467,25	237.889,38	190.311,50				5	951.557,50 41,88%	
5T	MEIO-FIO E SARJETA	TESOURO	R\$											
5C	CONTRAPARTIDA	R\$		128,70	257,39	257,39	214,50					4	857,98 0,04%	
6T	PAISAGISMO / URBANISMO	TESOURO	R\$											
6C	CONTRAPARTIDA	R\$		3.173,20	6.348,39	19.039,17	19.039,17	15.885,98				5	63.463,80 2,79%	
7T	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	TESOURO	R\$											
7C	CONTRAPARTIDA	R\$			23.370,72	23.370,72	35.056,08	35.056,08				4	116.853,59 5,14%	
8T	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	TESOURO	R\$											
8C	CONTRAPARTIDA	R\$			8.257,94	12.388,91	12.388,91	8.257,94				4	41.289,70 1,82%	
9T	SERVIÇOS DIVERSOS	TESOURO	R\$											
9C	CONTRAPARTIDA	R\$												
10T	DRENAGEM	TESOURO	R\$											
10C	CONTRAPARTIDA	R\$	89.083,84	103.595,46	103.595,46	51.797,73	17.285,91					5	346.318,19 15,20%	
11T	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	TESOURO	R\$											
11C	CONTRAPARTIDA	R\$	974,30	3.897,19	8.119,15	9.093,45	6.820,08	3.572,42				6	32.476,59 1,43%	
T	TOTAIS	TESOURO	R\$											
C	CONTRAPARTIDA	R\$	110.906,44	305.013,33	556.334,07	581.150,34	485.601,09	253.063,92					2.272.069,20 100,00%	
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO			R\$	110.906,44	305.013,33	556.334,07	581.150,34	485.601,09	253.063,92				2.272.069,20 100,00%	
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %			R\$	4,89%	13,42%	24,49%	25,58%	20,49%	11,14%				2.272.069,20 100,00%	
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %			R\$	4,89%	18,31%	42,79%	68,37%	88,86%	100,00%				OK OK	

Assinaturas:
PRADO E PRADO LTDA
Representante legal
Osli do Prado
RG 4.251.082-3
CPF 588.861.769-53

Plên/PR, 21 de outubro de 2021

Responsável Técnico
Ediane do Prado
Engenheira Civil
CREA 136.243 d/PR

COMPOSIÇÃO BDI			
PROponente / Tomador			
Prefeitura de Municipal de Piên/PR			
BDI- ACORDÃO Nº 2622/2013- TCU			
PAVIMENTAÇÃO			
IMPOSTOS	ISS	0,20	
	PIS	0,65	
	COFINS	3,00	
	CPMF	0,00	
	TOTAL	3,85	
TIPOS DE SERVIÇOS		Obras	Materiais
Administração Central		4,67	4,49%
Riscos		0,97	0,82%
Seguro e Garantia		0,74	0,89%
Despesas Financeiras		1,21	1,11%
Lucro		8,69	6,22%
BDI =	BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.) $\frac{((((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/(1C6/100))-1)*100}{}$	21,71	18,38%
BDI (OBRA)		21,71%	
BDI(MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)		18,38%	

Assinaturas

PRADO E PRADO LTDA
 Representante legal
 Osli do Prado
 RG 4.251.082-3
 CPF 588.861.769-53

Piên/PR, 21 de outubro de 2021

Responsável Técnico
 Eliane do Prado
 Engenheira Civil
 CREA 136.243 d/PR

4

ANEXO VII**DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS****DECLARAÇÃO**

PRADO E PRADO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ 23.153.183/0001-80, por seu representante legal Sr. Osli do Prado, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação;

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

PRADO E PRADO LTDA - 23.153.183/0001-80

Rua Epitácio Pessoa, 52, bairro Jardim São Paulo – Cascavel-PR

(45) 3097-7665 / engenhariapradoeprado@gmail.com

SECRET

1

CONFIDENTIAL - SECURITY INFORMATION

1. The following information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization.

2. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

3. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

4. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

5. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

6. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

7. This information is being furnished to you for your information and use only. It is not to be distributed outside your organization. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you. It is not to be used for any purpose other than that for which it was furnished to you.

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste

parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o

Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias:

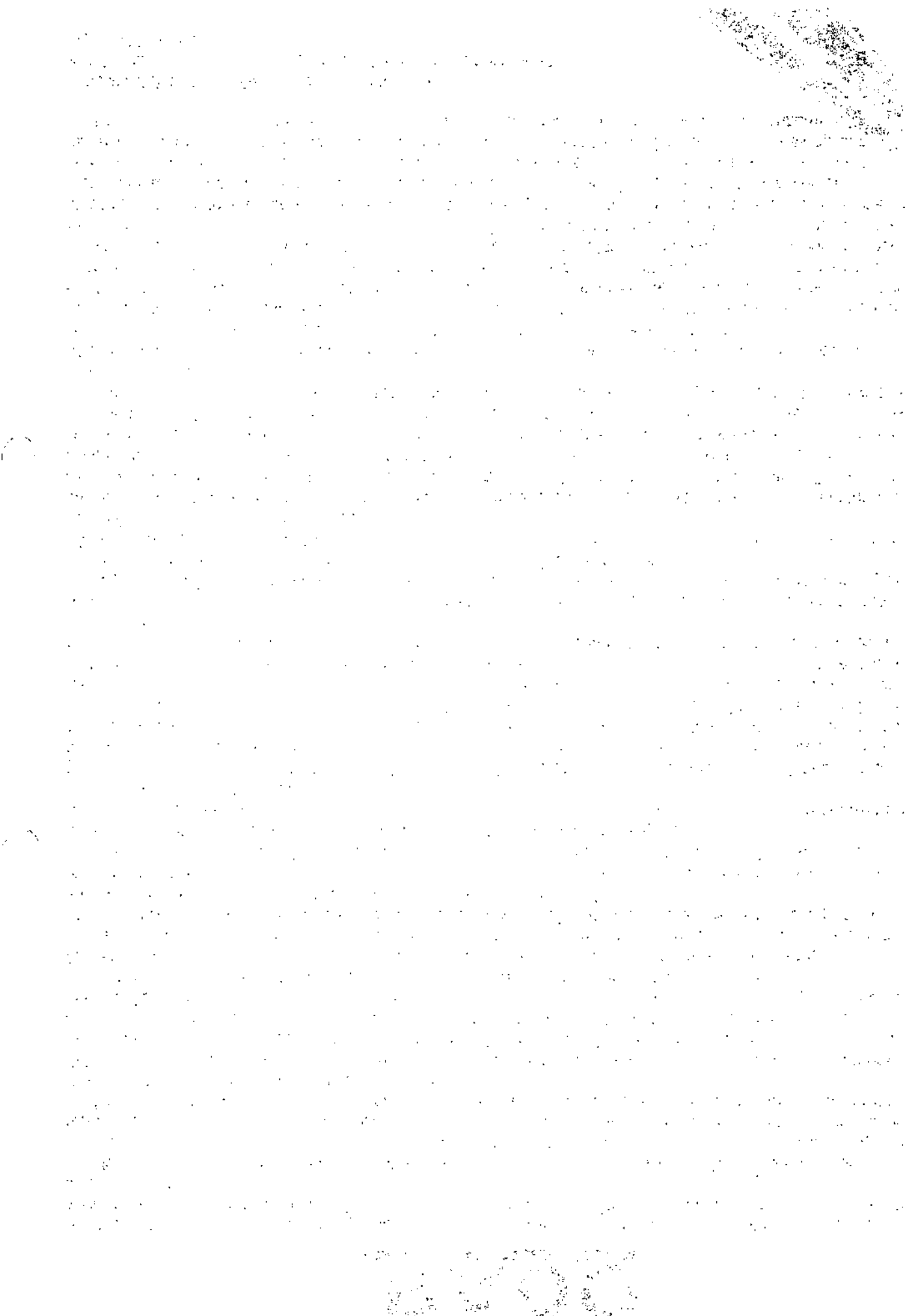
(i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e

(ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro.

PRADO E PRADO LTDA - 23.153.183/0001-80

Rua Epitácio Pessoa, 52, bairro Jardim São Paulo – Cascavel-PR

(45) 3097-7665 / engenhariapradoeprado@gmail.com



subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e (g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos

correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

(iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;

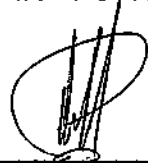
(iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções a adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções a adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Piên/PR, 21 de outubro de 2021



PRADO E PRADO LTDA
Representante legal
Osli do Prado
RG 4.251.082-3
CPF 588.861.769-53



PRADO E PRADO LTDA
Responsável Técnico
Eliane do Prado
CREA 136. 243 D/PR



PRADO E PRADO LTDA - 23.153.183/0001-80

Rua Epitácio Pessoa, 52, bairro Jardim São Paulo – Cascavel-PR
(45) 3097-7665 / engenhariapradoeprado@gmail.com



[illegible][illegible][illegible]

649

RAZÃO SOCIAL – PRIME CC
CONCORRÊNCIA Nº 003/202
ENVELOPE Nº 2 – PROPOS
DATA: 21/10/2021

PROPOSTA DE PREÇOS



CONCORRÊNCIA Nº 003/2021



MODELO Nº 07

Razão Social: PRIME CONSTRUÇÕES LTDA
 Endereço: RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358, GALPÃO 01, ENCANO - INDAIAL/SC
 Telefone: (47)99947-4550
 E-mail: licitacaoprimeconstrucoes@gmail.com
 CNPJ: 11.538.454/0001-37

PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão de Licitação
 Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2021

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa proposta de preços, relativa à execução de Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada

é de R\$ R\$ 2.443.352,40

Valor total de: Dois milhões e quatrocentos e quarenta e três mil e trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos.

O prazo de execução do objeto é de (180) (cento e oitenta) dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de (60) (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

Indaial/SC, 21 de outubro de 2021

Ana Letícia F da Costa
PRIME CONSTRUÇÕES EIRELI

Ana Letícia F da Costa – Representante via P.P
 CPF: 086.409.249-02
 RG: 6.113.236

Ana Caroline Kistenmacher
Eng. Civil
CREA-SC 151956-9

Ana Caroline Kistenmacher
ANA CAROLINE KISTENMACHER
 Engenheiro Civil – Responsável Técnico
 CREA/SC: 148097-7

11 538 454/0001-37

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
 GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
 89086-555 - INDAIAL - SC

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

MUNICÍPIO: PIÊN-PR

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL

LOCAL DA OBRA: ESTRADA MUNICIPAL KO-002 - TRECHO 2/ ESTRADA DA CACHOEIRINHA - BAIRRO CAMPINA DOS CRESPIOS

SAM: 60 LOTE:01

BDI 1: 21,71%

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
89086-555 - INDAIAL - SC

MODELO Nº 08 - PLANILHA DE SERVIÇOS

ITE M	CÓDIGO	ORIGEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	QUANT	CUSTO UNIT. S/ BDI	BDI	PREÇO UNI. C/ BDI	VALOR TOTAL
1			SERVICOS PRELIMINARES						R\$ 6.254,56
1.1	606700A	DER	Demolição de Concreto Simples	m3	3,1	R\$ 92,89	21,71%	R\$ 113,06	R\$ 350,49
1.2	COMPOSIÇÃO 1	Orçacivil	PLACA DE OBRA TIPO BANNER, 4,00 X 2,00 M, EM QUADRO DE METALON 20 X 20 MM E LONA 360 G, COM IMPRESSÃO DIGITAL, FIXADA EM ESTRUTURA DE MADEIRA.	un	1	R\$ 1.314,20	21,71%	R\$ 1.599,51	R\$ 1.599,51
1.3	840000A	DER	Remoção e recolocação de cercas de arame	m	146	R\$ 21,88	21,71%	R\$ 26,63	R\$ 3.887,98
1.4	PAI-023	PM Curitiba	Arrancamento de bloco sextavado de concreto	m2	26,65	R\$ 6,84	21,71%	R\$ 8,32	R\$ 221,73
1.5	PAI-025	PM Curitiba	Arrancamento de Pedra Irregular	m2	23,42	R\$ 6,84	21,71%	R\$ 8,32	R\$ 194,85
2			TERRAPLENAGEM						R\$ 37.299,32
2.1	401000	DER	Compactação de Aterros 100% P.N.	m3	1488,7	R\$ 3,23	21,71%	R\$ 3,93	R\$ 5.850,59
2.2	520100A	DER	Escavação e carga mat. jazida 1a. cat./sem transporte	m3	9359,74	R\$ 2,76	21,71%	R\$ 3,36	R\$ 31.448,73
3			BASE / SUB-BASE						R\$ 649.074,18
3.1	511100A	DER	Regularização compae subleito 100% PN	m2	19832,6	R\$ 2,11	21,71%	R\$ 2,57	R\$ 50.969,73
3.2	530200B	DER	Brita 4A	m3	4091,69	R\$ 65,29	21,71%	R\$ 79,46	R\$ 325.125,69
3.3	531000A	DER	Brita Graduada	m3	2550,25	R\$ 87,95	21,71%	R\$ 107,04	R\$ 272.978,76
4			REVESTIMENTO						R\$ 1.165.641,16
4.1	560100B	DER	Imprimação com Emulsão EAI - exclusive emulsão	m2	17925,3	R\$ 0,32	21,71%	R\$ 0,39	R\$ 6.990,86
4.2	589190A	DER mat	Fornecimento de emulsão EAI - imprimação	ton	19,72	R\$ 3.377,69	21,71%	R\$ 4.110,99	R\$ 81.068,72
4.3	561100A	DER	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	18128	R\$ 0,22	21,71%	R\$ 0,27	R\$ 4.894,55
4.4	589420B	DER mat	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	9,06	R\$ 2.811,57	21,71%	R\$ 3.421,96	R\$ 31.002,96
4.5	570000B	DER	CBUQ - CAPA Trraço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	2104,23	R\$ 197,91	21,71%	R\$ 240,88	R\$ 506.866,92
4.6	589000I	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	105,21	R\$ 4.176,59	21,71%	R\$ 5.083,33	R\$ 534.817,15
5			MEIO-FIO E SARJETA						R\$ 824,85
5.1	810250D	DER	Meio-Fio com Sarjeta DER - Tipo 3 - (0,034 m3) - Pré-Moldado	m	27	R\$ 25,10	21,71%	R\$ 30,55	R\$ 824,85
6			SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO						R\$ 60.994,38
6.1	98504	SINAPI	Plantio de Grama em placas	m2	5064,99	R\$ 8,07	21,71%	R\$ 9,82	R\$ 49.738,20
6.2	800100	DER	Hidrossemeadura	m2	1313,44	R\$ 7,04	21,71%	R\$ 8,57	R\$ 11.256,18
7			SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO						R\$ 112.360,85
7.1	873000	DER	Tachão refletivo bidirecional	un	1513	R\$ 25,16	21,71%	R\$ 30,62	R\$ 46.328,06

Ana

7.2	822000	DER	Faixa de Sinalização Horizontal (resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	2069,46	R\$ 17,78	21,71%	R\$ 21,64	R\$ 44.783,11
7.3	820000A	DER	Placa sinalização refletiva - SEM SUPORTE	m2	6	R\$ 397,97	21,71%	R\$ 484,37	R\$ 2.906,22
7.4	821300	DER	Suporte metálico, galv. fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	un	16	R\$ 240,53	21,71%	R\$ 292,75	R\$ 4.684,00
7.5	820000F	DER	Placa sinalização refletiva-círculo (0,1964 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	11	R\$ 318,69	21,71%	R\$ 387,88	R\$ 4.266,68
7.6	820000H	DER	Placa sinalização refletiva-octógono (0,2160 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	2	R\$ 326,49	21,71%	R\$ 397,37	R\$ 794,74
7.7	820000I	DER	Placa sinalização refletiva-losango (0,2025 m2/ud) + suporte METÁLICO	un	22	R\$ 321,11	21,71%	R\$ 390,82	R\$ 8.598,04
8			ILUMINAÇÃO PÚBLICA						R\$ 47.641,99
8.1	844000	DER	Remanejamento postes linha transmissão	un	11	R\$ 3.558,53	21,71%	R\$ 4.331,09	R\$ 47.641,99
10			DRENAGEM						R\$ 332.032,98
10.1	600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	m3	362,19	R\$ 5,76	21,71%	R\$ 7,01	R\$ 2.538,95
10.2	630400	DER	Remoção de bueiro 0,40m	m	213	R\$ 13,42	21,71%	R\$ 16,33	R\$ 3.478,29
10.3	630600	DER	Remoção de bueiro 0,60m	m	70	R\$ 16,10	21,71%	R\$ 19,60	R\$ 1.372,00
10.4	601200A	DER	Reaterro e apiloamento mecânico	m3	173,72	R\$ 19,51	21,71%	R\$ 23,75	R\$ 4.125,85
10.5	97623C	SINAPI	DEMOLICÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO COM REAPROVEITAMENTO	m3	5,67	R\$ 104,06	21,71%	R\$ 126,65	R\$ 718,11
10.6	620000B	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,40 m	un	1	R\$ 577,45	21,71%	R\$ 702,81	R\$ 702,81
10.7	620100A	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,60 m	un	3	R\$ 858,35	21,71%	R\$ 1.044,70	R\$ 3.134,10
10.8	610400A	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço e sem Armadura	m	5	R\$ 54,05	21,71%	R\$ 65,78	R\$ 328,90
10.9	610600A	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço e sem Armadura	m	5	R\$ 92,62	21,71%	R\$ 112,73	R\$ 563,65
10.10	610400C	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 Sem Berço c/ Armadura Simples CA-1	m	84	R\$ 78,89	21,71%	R\$ 96,02	R\$ 8.065,68
10.11	610600D	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 Sem Berço c/ Armadura Simples CA-1	m	75	R\$ 119,75	21,71%	R\$ 145,75	R\$ 10.931,25
10.12	611200A	DER	Corpo de BSTC ø 1,20 Sem Berço c/ Armadura Simples CA-1	m	4	R\$ 378,02	21,71%	R\$ 460,09	R\$ 1.840,36
10.13	CLM060	DER	C.L. pré-moldado Tubo até 0,60	un	4	R\$ 500,54	21,71%	R\$ 609,21	R\$ 2.436,84
10.14	DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0,40	un	1	R\$ 680,16	21,71%	R\$ 827,82	R\$ 827,82
10.15	DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0,60	un	2	R\$ 817,38	21,71%	R\$ 994,83	R\$ 1.989,66
10.16	516200	DER	Rachão s/ britagem	m3	113,59	R\$ 52,90	21,71%	R\$ 64,38	R\$ 7.312,92
10.17	650600	DER	Sarjeta triangular concreto - tipo 4	m	3268,11	R\$ 140,76	21,71%	R\$ 172,49	R\$ 162.130,94
10.18	655400	DER	Transp.segmento sarjeta tipo- 2 (ST-2/SZ-3) c/tubo 0,30m	m	508	R\$ 167,77	21,71%	R\$ 204,19	R\$ 103.728,52
10.19			Caixa Coletora de Sarjeta com Grelha de Ferro	un	10	R\$ 969,75	21,71%	R\$ 1.180,28	R\$ 11.802,80
10.20	603010	DER	Assentamento de tubo 0,40m sem berço	m	41	R\$ 22,13	21,71%	R\$ 26,93	R\$ 1.104,13
10.21	603020	DER	Assentamento de tubo 0,60m sem berço	m	70	R\$ 34,03	21,71%	R\$ 41,42	R\$ 2.899,40
11			ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra)						R\$ 31.228,13
11.1	8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Subleito	un	25	R\$ 87,74	21,71%	R\$ 106,79	R\$ 2.669,75
11.2	8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Sub-base e Base	un	50	R\$ 87,74	21,71%	R\$ 106,79	R\$ 5.339,50
11.3	5.1	DAER/RS	Ensaio de Granulometria do Agregado	un	50	R\$ 89,45	21,71%	R\$ 108,87	R\$ 5.443,50
11.4	7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	25	R\$ 106,25	21,71%	R\$ 129,32	R\$ 3.233,00
11.5	74022/53	SEIL/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	25	R\$ 62,15	21,71%	R\$ 75,64	R\$ 1.891,00
11.6	74022/56	SEIL/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	25	R\$ 50,65	21,71%	R\$ 61,65	R\$ 1.541,25

11.7	74022/55	SEIL/2016	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	un	25	R\$ 136,79	21,71%	R\$ 166,49	R\$ 4.162,25
11.8	7.1	DAER/RS	Extração de Corpo de Prova de Concreto Asfáltico com Sonda Rotativa	un	25	R\$ 82,84	21,71%	R\$ 100,82	R\$ 2.520,50
11.9	3.20	DAER/RS	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gb	1	R\$ 3.637,65	21,71%	R\$ 4.427,38	R\$ 4.427,38
PREÇO GLOBAL									R\$ 2.443.352,40

Indaial/SC, 21 de setembro de 2021.

11 538 454/0001-37

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA



Ana Leticia F da Costa

PRIME CONSTRUÇÕES EIRELI

Ana Leticia F da Costa - Representante via P-P

CPF: 086.409.249-02

RG: 6.113.236

Ana Caroline Kistenmacher

Eng. Civil

CREA-SC 151958-9

Ana Caroline Kistenmacher

ANA-CAROLINE KISTENMACHER

Engenheiro Civil - Responsável Técnico

CREA/SC: 148097-7

MODELO 09 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 003/2021
PROponente: PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

MUNICÍPIO DE PIÊN/PR

OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m2, incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO VIA URBANA

LOCAL DA OBRA: ESTRADA MUNICIPAL KO-002 - TRECHO 2/ ESTRADA DA CACHOEIRINHA - BAIRRO CAMPINA DOS CRESPINS

655

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO										
COD	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO (dias)						TOTAL		COEF. INFL (%)
		30	60	90	120	150	180	SERVIÇO	ACUMULADO	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.250,91 20,00%	R\$ 1.876,37 30,00%	R\$ 1.876,37 30,00%	R\$ 1.250,91 20,00%				R\$ 6.254,56	0,26%
2	TERRAPLENAGEM	R\$ 5.594,90 15,00%	R\$ 9.324,83 25,00%	R\$ 11.189,80 30,00%	R\$ 9.324,83 25,00%	R\$ 1.864,97 5,00%			R\$ 37.299,32	1,53%
3	BASE / SUB-BASE	R\$ 32.453,71 5,00%	R\$ 129.814,84 20,00%	R\$ 194.722,25 30,00%	R\$ 162.268,55 25,00%	R\$ 129.814,84 20,00%			R\$ 649.074,18	26,56%
4	REVESTIMENTO	R\$ 58.282,06 5,00%	R\$ 233.128,23 20,00%	R\$ 233.128,23 20,00%	R\$ 349.692,35 30,00%	R\$ 291.410,29 25,00%	R\$ 233.128,23 20,00%		R\$ 1.165.641,16	47,71%
5	MEIO FIO E SARJETA	R\$ 123,73 15,00%	R\$ 247,46 30,00%	R\$ 247,46 30,00%	R\$ 206,21 25,00%				R\$ 824,85	0,03%
6	PAISAGISMO / URBANISMO	R\$ 3.049,72 5,00%	R\$ 6.099,44 10,00%	R\$ 18.298,31 30,00%	R\$ 18.298,31 30,00%	R\$ 15.248,60 25,00%			R\$ 60.994,38	2,50%
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	R\$ 22.472,17 20,00%	R\$ 22.472,17 20,00%	R\$ 22.472,17 20,00%	R\$ 33.708,26 30,00%	R\$ 33.708,26 30,00%			R\$ 112.360,85	4,60%
8	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 9.528,40 20,00%	R\$ 14.292,60 30,00%	R\$ 14.292,60 30,00%	R\$ 9.528,40 20,00%				R\$ 47.641,99	1,95%
10	DRENAGEM	R\$ 66.406,60 20,00%	R\$ 99.609,89 30,00%	R\$ 99.609,89 30,00%	R\$ 49.804,95 15,00%	R\$ 16.601,65 5,00%			R\$ 332.032,98	13,59%
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	R\$ 936,84 3,00%	R\$ 3.747,38 12,00%	R\$ 7.807,03 25,00%	R\$ 8.743,88 28,00%	R\$ 6.557,91 21,00%	R\$ 3.435,09 11,00%		R\$ 31.228,13	1,28%
	TOTAL DA PARCELA	R\$ 106.642,96 4,36%	R\$ 305.828,81 12,52%	R\$ 586.681,04 24,01%	R\$ 636.395,99 26,05%	R\$ 512.755,03 20,99%	R\$ 295.048,57 12,08%		R\$ 2.443.352,40	100,00%
	TOTAL ACUMULADO	R\$ 106.642,96 4,36%	R\$ 412.471,77 16,88%	R\$ 999.152,80 40,89%	R\$ 1.635.548,80 66,94%	R\$ 2.148.303,83 87,92%	R\$ 2.443.352,40 100,00%			

11 538 454/0001-37

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
89086-555 - INDAIAL - SC

Indaial/SC, 21 de setembro de 2021.

Ana Letícia F da Costa
PRIME CONSTRUÇÕES EIRELI
Ana Letícia F da Costa - Representante via P.P
CPF: 086.409.249-02
RG: 6.113.236

Ana Caroline Kistenmacher
ANA CAROLINE KISTENMACHER
Engenheiro Civil - Responsável Técnico
CREA/SC: 148097-7
Ana Caroline Kistenmacher
Eng. Civil
CREA-SC 151956-9



656

11 538 454/0001-37

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

Bonificação e Despesas Indiretas – BDI

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
89086-555 - INDIAIAL - SCPREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

CÁLCULO BDI 1	
Item Componente do BDI	Valores Adotados
Administração Central	4,67%
Seguro e Garantia	0,74%
Risco	0,97%
Despesas Financeiras	1,21%
Lucro	8,69%
11: PIS e COFINS	3,65%
12: ISSQN (conforme legislação municipal)	0,20%
13: Conv. Prev. S/ Rec. Bruta (Lei 13161/15 – Desoneração)	0,00%
BDI – SEM Desoneração da folha de pagamento	21,71%
BDI – COM Desoneração da folha de pagamento	21,71%
Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 – TCU, representada pela fórmula abaixo: $BDI - SEM Desoneração = [(1+AC+S+G+R) \times (1+DF) \times (1+L) / (1-11-12)] - 1$	
Tipo de Obra: Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e Recapeamento e Pavimentação de vias urbanas.	

Indaial/SC, 21 de outubro de 2021.

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

Ana Leticia F. da Costa

CPF: 086.409.249-02

RG: 6.113.236

Representante via P.P.

Assinado de forma digital
por HELIO LORENO
MAFRA 501168
19987
Data: 2021.09.29
14:29:03 -03'00'

HELIO LORENO MAFRA

CPF: 501.168.199-87

CRC: 1SC01710904

Contador

CNPJ: 11.538.454/0001-37
Email: prime.primeconstrucoes@gmail.com
Rua Dr. Blumenau, 7358, Galpão 01, Sala 2.
Encano

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO MENSAL		
GRUPO A		%
01	INSS	00
02	SESI ou SESC	00
03	SENAI ou SENAC	00
04	INCRA	00
05	Salário Educação	00
06	FGTS	080
07	Seguro de Acidente do Trabalho/SAT	00
08	SEBRAE	00
09	SECONCI-ESTADO	-
TOTAL DO PRIMEIRO GRUPO		08
GRUPO B		
10	Férias	8,33
11	Abono Constitucional de Férias	2,78
12	Auxílio Doença	0,10
13	Licença Paternidade	0,10
14	Faltas Legais	0,05
15	Acidentes de Trabalho	0,10
16	Aviso Prévio Trabalhado	1,17
17	13º Salário	8,33
18	Descanso Semanal Remunerado	-
GRUPO C		
19	Aviso Prévio Indenizado	1,17
20	Indenização Adicional	-
21	Indenização de FGTS	4,78
TOTAL DO TERCEIRO GRUPO		5,95
GRUPO D		
22	Incidência do Grupo A sobre os itens do Grupo B	1,67
Total do quarto grupo		1,67
GRUPO E		
23	Incidência do Grupo A sobre o item 19 do Grupo C	0,09
TOTAL DO QUINTO GRUPO		0,09
TOTAIS GERAIS ENCARGOS SOCIAIS		35,67

11 538 454/0001-37

Indaial/SC, Outubro de 2021.

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
 GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
 89086-555 - INDAIAL - SC



PRIME CONSTRUÇÕES LTDA
 ANA LETÍCIA F. DA COSTA
 CPF 086.409.249-02
 Representante Via P.P.



HELIO LORENZO MAFRA
 CPF: 501.168.199-87
 CRC: 1.5C-017109/O-4
 Téc. Contábil



ANEXO VII

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

DECLARAÇÃO

PRIME CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 11.538.454/0001-37 por seu representante legal Sr.(a) ANA LETÍCIA F DA COSTA, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomará medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta,

impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação, ou a continuação da investigação, (bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir. (b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá: (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o

Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e (g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se

obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

(iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;

(iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Indaial/SC, 21 de outubro de 2021.

11 538 454/0001-37

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

RUA DOUTOR BLUMENAU, 7358
GALPÃO 01 - SALA 02 - ENCANO
89086-035 - INDAIAL - SC

Ana Letícia F. da Costa

PRIME CONSTRUÇÕES LTDA

Ana Letícia F. da Costa

CPF: 086.409.249-02

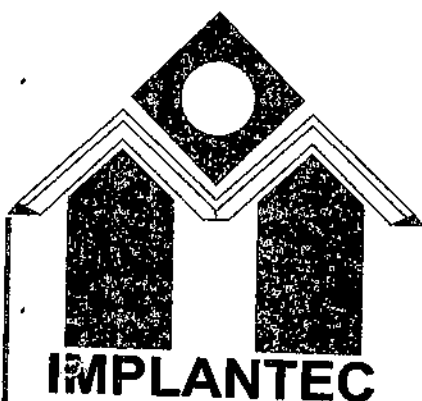
RG: 6.113.236

Representante via P.P.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

662



RAZÃO SOCIAL: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA
CNPJ: 80.709.876/0001-40
CONCORRÊNCIA Nº 003/2021
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
DATA: 21/10/2021



663

PROPOSTA DE PREÇOS

MODELO Nº 07

PROPONENTE: Construtora Implantec Ltda.
CNPJ: 80.709.876/0001-40
TELEFONE: (47) 3633-4869
Endereço: Estrada Rio Negro nº 387 – Centro – São Bento do Sul/SC
CEP: 89.287-045
E-mail: apf@implantec.ind.br / hilario@implantec.ind.br

PROPOSTA DE PREÇOS

Piên, 21 de outubro de 2021.

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Concorrência nº003/2021

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as} nossa proposta de preços, relativa à execução de Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de **R\$ 2.619.923,97 (Dois milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e vinte três reais e noventa e sete centavos)**.

O prazo de execução do objeto é de **210 (duzentos e dez) dias** contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes nº 1 e nº 2*) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

Construtora Implantec Ltda.

Assinatura

Hilário Luis Fendrich

Administrador

CPF: 693.330.259-87

RG: 2.372.74

MAZAO SOCIAL PROPONENTE: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA / CNPJ: 00.709.876/0001-40
E-MAIL: apl@implantec.ind.br / hpl@implantec.ind.br
ENFEREÇO COMPLETO: Estrada Rio Negro, nº 387 - São Bento do Sul / SC
OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUD com área de 17.525,28 m², incluindo os serviços preliminares, bases e sub-bases.
ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL: Luis Fernando Mollerhauer Filho

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

Ministério: PLN
Local de: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL
Estrada 2/ Estrada da Cachoeirinha - Bairro
Cidade: CAMPINA DOS CRESPINS

Item M
Código Origem
Descrição dos Serviços

1.097.195,20																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					</
--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

RAZÃO SOCIAL PROPONENTE: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA / CNPJ: 80.709.876/0001-40

E-MAIL: apf@implantec.ind.br / hilario@implantec.ind.br

ENDEREÇO COMPLETO: Estrada Rio Negro, nº 387 - São Bento do Sul / SC

ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL: Luis Fernando Moldenhauer Filho

OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m2, incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.



PAM SECRETARIA DE ESTAD SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU										PAVIMENTAÇÃO			
Município:	PIEN	SAM	60	Edital no Município	Procedimento prévio	Início previsto da Obra	Convenio	Repasso do Concedente	2.100.000,00				
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	LOTE nº	1	Data	21/10/2021	Dias	70	Data	09/01/2022	nº			
Quantidade:	17.925,28 m2	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO							Valor Total	2.912.909,53	100,00%		
GRUPO ITEM	SERVIÇOS	N	PARCELAS (%)							TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL		
	Período	7	1	2	3	4	5	6	7				
			30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		20	30	30	20					7.499,92	0,29	
2	TERRAPLENAGEM		15	25	30	25	5				44.746,41	1,71	
3	BASE / SUB-BASE		5	20	30	25	20				778.331,58	29,71	
4	REVESTIMENTO			5	20	30	25	20			1.097.195,20	41,88	
5	MEIO-FIO E SARJETA			15	30	30	25				989,28	0,04	
6	PAISAGISMO / URBANISMO			5	10	30	30	25			73.167,74	2,79	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				20	20	30	30			134.742,18	5,14	
8	ILUMINAÇÃO PÚBLICA				20	30	30	20			47.610,20	1,82	
9	DRENAGEM		20	30	30	15	5				398.192,89	15,20	
10	ENSAIOS TECNOLÓGICOS		3	12	25	28	21	11			37.448,57	1,43	
TOTAIS										TOTAIS	2.619.923,97	100	
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)													
ITEM			PARCELAS							Nº DE MESES	TOTAL ITEM	% S/ ITEM	
			1	2	3	4	5	6	7				
1T	SERVIÇOS PRELIMINARES	TESOURO	R\$										
1C		CONTRAPARTIDA	R\$	1.499,98	2.249,98	2.249,98	1.499,98				4	7.499,92	0,29%
2T	TERRAPLENAGEM	TESOURO	R\$										
2C		CONTRAPARTIDA	R\$	6.711,96	11.186,60	13.423,92	11.186,60	2.237,32			5	44.746,41	1,71%
3T	BASE / SUB-BASE	TESOURO	R\$										
3C		CONTRAPARTIDA	R\$	38.916,58	155.666,32	233.499,47	194.582,90	155.666,32			5	778.331,58	29,71%
4T	REVESTIMENTO	TESOURO	R\$										
4C		CONTRAPARTIDA	R\$		54.859,76	219.439,04	329.158,56	274.298,80	219.439,04		6	1.097.195,20	41,88%
5T	MEIO-FIO E SARJETA	TESOURO	R\$										
5C		CONTRAPARTIDA	R\$		148,39	296,78	296,78	247,32			4	989,28	0,04%
6T	PAISAGISMO / URBANISMO	TESOURO	R\$										
6C		CONTRAPARTIDA	R\$		3.658,39	7.316,77	21.950,32	21.950,32	18.291,94		5	73.167,74	2,79%
7T	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	TESOURO	R\$										
7C		CONTRAPARTIDA	R\$			26.948,44	26.948,44	40.422,65	40.422,65		4	134.742,18	5,14%
8T	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	TESOURO	R\$										
8C		CONTRAPARTIDA	R\$			9.622,04	14.283,06	14.283,06	9.522,04		4	47.610,20	1,82%
9T	SERVIÇOS DIVERSOS	TESOURO	R\$										
9C		CONTRAPARTIDA	R\$										
10T	DRENAGEM	TESOURO	R\$										
10C		CONTRAPARTIDA	R\$	79.838,58	119.457,87	119.467,87	59.728,93	19.909,64			5	398.192,89	15,20%
11T	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	TESOURO	R\$										
11C		CONTRAPARTIDA	R\$	1.123,46	4.493,83	9.362,14	10.485,60	7.864,20	4.119,34		6	37.448,57	1,43%
T	TOTAIS	TESOURO	R\$										
C		CONTRAPARTIDA	R\$	127.890,56	351.721,13	641.516,46	670.121,18	536.879,64	291.795,01			2.619.923,97	100,00%
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO			R\$	127.890,56	351.721,13	641.516,46	670.121,18	536.879,64	291.795,01			2.619.923,97	100,00%
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %			R\$	4,88%	13,42%	24,49%	25,58%	20,49%	11,14%			2.619.923,97	100,00%
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %			R\$	4,88%	18,30%	42,79%	68,37%	88,86%	100,00%			OK	OK
Resp. Técnico: Luis Fernando Moldenhauer Filho			Assinatura:			Administrador Construtora Implantec:			Assinatura:			Data: 21/10/2021	
Engenheiro Civil - CREA PR Nº 140.946-7						Hilário Luis Fendrich							
 Hilário Luis Fendrich CPF 693 330 259-87													

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

DECLARAÇÃO

A Empresa Construtora Implantec Ltda, sediada à Estrada Rio Negro nº 387, inscrita sob o CNPJ 80.709.876/0001-40, por seu representante legal Sr. Hilário Luis Fendrich, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da **POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**, abaixo descritas: Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 1 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação;

IMPLANTEC

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 2 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

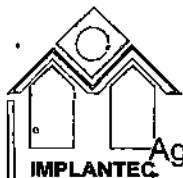
(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

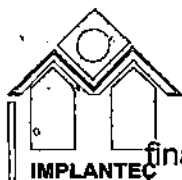
(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações),



Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades



financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Pien, 21 de outubro de 2021.

Construtora Implantec Ltda.

Assinatura

Hilário Luís Fendrich
Administrador

CPF: 693.330.259-87

RG: 2.372.74

671

PREFEITURA MUNICIPAL D
GAMMA PAVIMENTAÇÃO,
CNPJ Nº 82.257.635/0001-

CONCORRÊNCIA Nº 003/2
ENVELOPE Nº 2 – PROPOS
DATA – 21/OUTUBRO/202

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PR

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

PROPONENTE – GAMMA PAVIMENTAÇÃO,
INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº 82.257.635/0001-33

PROPOSTA DE PREÇOS



Fei de 13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PR

Modelo Nº 7

Proponente – Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda
CNPJ nº 82.257.635/0001-33
Endereço – Rua Senador Xavier da Silva, 488 – 6º/601-B
Cep / Cidade – 80.530-060 - Curitiba – Pr
Fone – 41 3078-7472 – Celular – 41 99193-0800
E-mail – gammapavimentacao@gmail.com

PROPOSTA DE PREÇOS

Piên (Pr), 21 de Outubro de 2021.

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2021

Prezados Senhores:-

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. nossa proposta de preços, relativa à execução de obras conforme item 4.1 deste Edital, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para a execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ 2.643.676,30 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos).

O prazo de execução do objeto é de 210 (duzentos e dez dias) dias contados à partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias à partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,


Ivandir Valesi

Sócio / Administrador
RG nº 772.198 SSP/Pr

82.257.635/0001-33

**GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
 E CONSTRUÇÃO LTDA.**

**RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
 6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
 CURITIBA - PARANÁ**

Gamma Pavimentação Ltda
Rua Senador Xavier da Silva, 488 – 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba – Paraná – Fone 41 3078-4651 / 3078-7472
E-mail gammapavimentacao@gmail.com

Fe 2 de 13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PARANÁ

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

DATA - 21/OUTUBRO/2021 - 09:30 HORAS

PROPONENTE - GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº 82.257.635/0001/33

Modelo nº 08

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

82.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
8º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

Município:	Prefeitura Municipal de Piên						
Projeto	Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ						
Local Obra	Estrada Municipal KO e Estrada da Cachoeirinha (conforme edital)						
Código	Origem	Descrição dos Serviços	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Parcial	Preços Totais
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					5.620,00
606700A	DER	Demolição de Concreto Simples	m3	3,10	138,71	430,00	
COMPOSIÇÃO01	Orçacivil	PLACA DE OBRA TIPO BANNER, 4,00 X 2,00 M, EM QUADRO DE METALON 20 X 20 MM E LONA 360 G, COM IMPRESSÃO DIGITAL, FIXADA EM ESTRUTURA DE MADEIRA.	ud	1,00	2.100,00	2.100,00	
840000A	DER	Remoção e recolocação de cercas de arame	m	146,00	18,15	2.650,00	
PAI-023	PM curitiba	Arrancamento de Bloco Sextavado de Concreto	m2	26,65	8,26	220,00	
PAI-025	PM curitiba	Arrancamento de Pedra Irregular	m2	23,42	9,39	220,00	
2		TERRAPLENAGEM					40.300,00
401000	DER	Compactação de Aterros 100% P.N.	m3	1.488,70	5,24	7.800,00	
520200A	DER	Escavação e carga mat. jazida 2a. cat./sem transporte	m3	9.359,74	3,47	32.500,00	
3		BASE / SUB-BASE					746.100,00
511100A	DER	Regularização compac.subleito 100% PN	m2	19.832,58	2,63	52.100,00	
530200B	DER	Brita 4A	m3	4.091,69	98,74	404.000,00	
531000A	DER	Brita Graduada	m3	2.550,25	113,71	290.000,00	
4		REVESTIMENTO					1.179.005,80
560100B	DER	Imprimação com Emulsão EAI - exclusive emulsão	m2	17.925,28	0,27	4.800,00	
589190A	DER mat	Fornecimento de emulsão EAI - imprimção	t	19,72	4.282,25	84.446,00	

674

Fl 3 de 13

Código	Origem	Descrição dos Serviços	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Parcial	Preços Totais
561100A	DER	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	18.127,96	0,25	4.500,00	
589420B	DER mat	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	t	9,06	3.564,55	32.294,80	
570000B	DER	CBUQ - CAPA Traço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	t	2.104,23	232,86	490.000,00	
589000I	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	t	105,21	5.350,87	562.965,00	
5		MEIO-FIO E SARJETA					1.099,00
810250D	DER	Meio-fio com sarjeta DER tipo 3 (0,034m3) - Pré-Moldado	m	27,00	40,70	1.099,00	
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					79.500,00
98504	SINAPI	Plantio de Grama em placas	m2	5.064,99	13,03	66.000,00	
800100	DER	Hidrosemeadura	m2	1.313,44	10,28	13.500,00	
7		SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					131.730,00
873000	DER	Tachão refletivo bidirecional	ud	1.513,00	39,52	59.800,00	82.257.635/0001-83 GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488 6º AND. 801-B - CEP: 89530-000 CURITIBA - PARANÁ
822000	DER	Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	2.069,46	22,13	45.800,00	
820000A	DER	Placa sinalização refletiva - SEM SUPORTE	m2	6,00	575,00	3.450,00	
821300	DER	Suporte metál.galv.fogo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	ud	16,00	287,50	4.600,00	
820000F	DER	Placa sinalização refletiva-circulo (0,1964 m2/ud) + suporte METÁLICO	ud	11,00	509,09	5.600,00	
820000H	DER	Placa sinalização refletiva-octógono (0,2160 m2/ud) + suporte METÁLICO	ud	2,00	510,00	1.020,00	
820000I	DER	Placa sinalização refletiva-losango (0,2025 m2/ud) + suporte METÁLICO	ud	22,00	520,91	11.460,00	
8		ILUMINAÇÃO PÚBLICA					51.200,00
844000	DER	Remanejamento postes linha transmissão	ud	11,00	4.654,55	51.200,00	
10		DRENAGEM					368.321,50
600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	m3	362,19	6,07	2.200,00	
630400	DER	Remoção de bueiro 0,40m	m	213,00	21,13	4.500,00	
630400	DER	Remoção de bueiro 0,60m	m	70,00	24,29	1.700,00	
601200A	DER	Reaterro e apiloamento mecânico	m3	173,72	25,90	4.500,00	
97623C	SINAPI	Demolição de Alvenaria de Tijolo c/reaproveitamento	m3	5,67	126,98	720,00	
620000B	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,40 m	ud	1,00	840,00	840,00	

Fe 4 de 13

Código	Origem	Descrição dos Serviços	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Parcial	Preços Totais
620100A	DER	Boca (Ala) de BSTC ø 0,60 m	ud	3,00	1.000,00	3.000,00	32.257.035/0001-33 GAMA PAVIMENTOS, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488 6º AND. 601-B - CEP: 80530-060 CURITIBA - PARANÁ
610400A	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço e sem Armação	m	5,00	87,60	438,00	
610600A	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço e sem Armação	m	5,00	150,00	750,00	
610400C	DER	Corpo de BSTC ø 0,40 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	84,00	120,24	10.100,00	
610600D	DER	Corpo de BSTC ø 0,60 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	75,00	194,27	14.570,00	
611200A	DER	Corpo de BSTC ø 1,20 Sem Berço c/ Armação Simples CA-1	m	4,00	613,38	2.453,50	
CLM060	DER	C.L. pré-moldado Tubo até 0,60	ud	4,00	750,00	3.000,00	
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0, 40	ud	1,00	1.000,00	1.000,00	
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo ø 0, 60	ud	2,00	1.250,00	2.500,00	
516200	DER	Rachão s/ britagem	m3	113,59	85,84	9.750,00	
650600	DER	Sarjeta triangular concreto - tipo 4	m	3.268,11	58,14	190.000,00	
655400	DER	Transp.segmento sarjeta tipo- 2 (ST-2/SZ-3) c/tubo 0,30m	m	508,00	196,85	100.000,00	
		Caixa Coletora de Sarjeta com Grelha de Ferro	ud	10,00	1.300,00	13.000,00	
603010	DER	Assentamento de tubo 0,40m sem berço	m	41,00	19,51	800,00	40.800,00
603020	DER	Assentamento de tubo 0,60m sem berço	m	70,00	35,71	2.500,00	
11		ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra)					
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Subleito	ud	25,00	140,00	3.500,00	676 <i>[Assinatura]</i> 46 58
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Sub-base e Base	ud	50,00	140,00	7.000,00	
5.1	DAER/RS	Ensaio de Granulometria do Agregado	ud	50,00	140,00	7.000,00	
7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	ud	25,00	168,00	4.200,00	
74022/53	SEIL/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	ud	25,00	100,00	2.500,00	
74022/56	SEIL/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	ud	25,00	80,00	2.000,00	
74022/55	SEIL/2016	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	ud	25,00	220,00	5.500,00	

Fe 5 de 13

Código	Origem	Descrição dos Serviços	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Parcial	Preços Totais
7.1	DAER/RS	Extração de Corpo de Prova de Concreto Asfáltico com Sonda Rotativa	ud	25,00	132,00	3.300,00	
3.20	DAER/RS	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gb	1,00	5.800,00	5.800,00	
		PREÇO GLOBAL			Preço Global		R\$ 2.643.676,30
		(Dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos)					
		TOTAL DO PAVIMENTO (1-2-3-4-5) =====>					1.972.124,80
		TOTAL SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO SINALIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA (6-7-8) =====>					262.430,00
		TOTAL DE DRENAGEM (10) =====>					368.321,50
		TOTAL DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS (11) =====>					40.800,00
							2.643.676,30

Piê (Pr), 21 de Outubro de 2021.

Avandir Valesi
Avandir Valesi

Sócio / Administrador

RG nº 772.198 SSP/Pr

Fabiana do Rêgo Monteiro Gonçalves Rosalinski
Fabiana do Rêgo Monteiro Gonçalves Rosalinski

Responsável Técnica / Arquiteta e Urbanista

CAU/PR nº A83211-1

Fabiana R. M. G. Rosalinski
Fabiana R. M. G. Rosalinski

Arquiteta e Urbanista

CAU/PR nº A83211-1

82.257.635/0001-33

**GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.**

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

677
Feb de 13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PARANÁ

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

DATA - 21/OUTUBRO/2021 - 09:30 HORAS

PROPONENTE - GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº 82.257.635/0001/33

Modelo nº 09

82.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 438
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Município: Prefeitura Municipal de Piên												
Projeto: Pavimentação de Via Urbana em CBUQ												
Local Obra: Bairro Ponte Alta (Distrito de Trigolândia) e Campina dos Crespins												
Código	Discrim Serviços	30	60	90	120	150	180	210	Total		COEF PROP %	COEF EDITAL %
									Serviço	Acumulado		
1	Servs Prelim											
	R\$	5.620,00							5.620,00	5.620,00		
	%	100,00%							100,00%	0,21%	0,21%	0,29%
2	Terraplanagem											
	R\$	20.150,00	20.150,00						40.300,00	45.920,00		
	%	50,00%	50,00%						100,00%	1,74%	1,52%	1,71%
3	Base/SBase											
	R\$			248.700,00	248.700,00	248.700,00			746.100,00	792.020,00		
	%			33,33%	33,33%	33,33%			100,00%	29,96%	28,22%	29,71%
4	Revestimento											
	R\$				393.001,93	393.001,93	393.001,93		1.179.005,80	1.971.025,80		
	%				33,33%	33,33%	33,33%		100,00%	74,56%	44,60%	41,88%
5	Meio-Fio/Sarj											
	R\$			549,50	549,50				1.099,00	1.972.124,80		
	%			50,00%	50,00%				100,00%	74,60%	0,04%	0,04%

678

Fe 7 de 13

Código	Discrim Serviços	30	60	90	120	150	180	210	To tal		COEF PROP %	COEF EDITAL %
									Serviço	Acumulado		
6	Serv Urbaniz					39.750,00	39.750,00		79.500,00	2.051.624,80		
	R\$											
	%					50,00%	50,00%		100,00%	77,60%	3,01%	2,75%
7	Sinaliz Trânsito						65.865,00	65.865,00	131.730,00	2.183.354,80		
	R\$											
	%						50,00%	50,00%	100,00%	82,59%	4,98%	5,14%
8	Ilum Publ				51.200,00				51.200,00	2.234.554,80		
	R\$											
	%				100,00%				100,00%	84,52%	1,94%	1,82%
10	Drenagem			122.773,83	122.773,83	122.773,83			368.321,30	2.602.876,30		
	R\$											
	%			33,33%	33,33%	33,33%			100,00%	98,46%	13,95%	15,20%
11	Ensaios Tec			8.160,00	8.160,00	8.160,00	8.160,00	8.160,00	40.800,00	2.643.676,30		
	R\$											
	%			20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%	100,00%	1,54%	1,43%
Tot Parc R\$		25.770,00	20.150,00	379.633,83	379.633,83	419.393,83	47.910,00		2.643.676,30	2.643.676,30		
		%	0,97%	0,76%	14,36%	14,36%	15,86%	1,81%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Total Acum R\$		25.770,00	45.920,00	428.553,83	805.187,67	1.224.571,50	1.643.955,33		2.643.676,30	2.643.676,30		
		%	0,97%	1,74%	16,10%	30,46%	46,32%	62,18%	100,00%	100,00%		

Piñen (Pr), 21 de Outubro de 2021.

Ivandır Valesi

Sócio / Administrador

RG nº 772.198 SSP/Pr

82.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

Fabiana do Rêgo Monteiro Gonçalves Rosalinski
Responsável Técnica - Arquiteta e Urbanista
CAU/PR nº A83211-1

Fabiana R. M. G. Rosalinski
Arquiteta e Urbanista
CAU/PR nº A83211-1

679

Fe 8 de 13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PR
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021
DATA 21/10/2021

82.257.635/0001-33

**GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.**

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, com sede à Rua Senador Xavier da Silva, 488 – 6º andar Cj. 601-B – Bairro Centro Cívico – CEP 80530-060 – Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 82.257.635/0001-33 e Inscrição Estadual – Isenta, representada por seu Sócio-Administrador Sr. Ivandir Valesi, portador do RG 772.198 SSP/PR e CPF 083.183.959-72, **DECLARA** que tem conhecimento e aceita a aplicação da **POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS** abaixo descritas

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco 1 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de

1. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda
Rua Senador Xavier da Silva, 488 - 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba - Paraná - Fone 41 - 3078-7472
E-mail gamma pavementacao@gmail.com

Fl 9 de 13

- prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:
- (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,
- (bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;
- (iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
- (iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;
- (v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 2 como subconsultor,

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º ANDAR - 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

2. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir

Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda

Rua Senador Xavier da Silva, 488 - 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico

80.530-060 Curitiba - Paraná - Fone 41 - 3078-7472

E-mail gammapavimentacao@gmail.com

Final 13

82.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

- subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.
- (c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias
- Práticas Proibidas;**
- O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e

experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda
Rua Senador Xavier da Silva, 488 - 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba - Paraná - Fone 41 - 3078-7472
E-mail gammapavimentacao@gmail.com

FRAN de 13

182.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º ANDAR - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba - Paraná

concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda
Rua Senador Xavier da Silva, 488 - 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba - Paraná - Fone 41 - 3078-7472
E-mail gammapavimentacao@gmail.com

Fl 12 de 13

182.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

(iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;

(iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Piên (PR), 21 de Outubro de 2021



Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda

CNPJ 82.257.635/0001-33

Ivandir Valesi – Sócio / Administrador

RG nº 772.198 SSP/Pr

82.257.635/0001-33

GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO
E CONSTRUÇÃO LTDA.

RUA SENADOR XAVIER DA SILVA, 488
6º AND. 601-B - CEP: 80530-060
CURITIBA - PARANÁ

Gamma Pavimentação, Incorporação e Construção Ltda
Rua Senador Xavier da Silva, 488 - 6º andar - Cjto 601-B - Centro Cívico
80.530-060 Curitiba - Paraná - Fone 41 - 3078-7472
E-mail gammapavimentacao@gmail.com

Página 13 de 13

21.352

E C EMPRE

AV. NOSSA SENHORA

CABRA

ICUR

685

E C EMPREENDIMENT

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ, 230, APTO 80

e-mail: eziocalliari@gmail.com

CNPJ: 21.352.152

CONCORRÊNCIA N

ABERTURA: ÀS 09:30 HORAS DO DIA 2

ENVELOPE Nº 2 - PROPO

21.352.152/0001-23 01

E C EMPREENDIMENTOS LTDA

686

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 802
CABRAL - CEP: 82510-020

L CURITIBA - PR J

PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

ABERTURA: ÀS 09:30 HORAS DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2021

E C EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ, 230, APTO 802, CURITIBA/PR, CEP: 82.510-020

e-mail: eziocalliari@gmail.com tel.: (41) 99972-7575

CNPJ: 21.352.152/0001-23



E C EMPREENDIMENTOS LTDA

687

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 802
CABRAL - CEP: 82510-020

CURITIBA - PR

MODELO Nº 07

PROPOSTA DE PREÇOS

Curitiba, 21 de outubro de 2021

À Comissão de Licitação

REF.: Edital de Concorrência nº 003/2021

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sª nossa proposta de preços, relativa à execução de Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², no Distrito Trigolândia e Campina dos Crespins, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para a execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ 2.534.349,57 (Dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

O prazo de execução do objeto é de 210 (duzentos e dez) dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,


E C EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
EZIO LUIZ CALLIARI FILHO
RG 7.800.731-1-PR / CPF 050.389.439-54
CREAM-PR Nº 133.969/D

E C Empreendimentos Ltda
Avenida Nossa Senhora da Luz, 230, apto 802, Curitiba-Paraná, CEP: 82.510-020
Tel.: 41-99972-7575 e-mail: eziocalliari@gmail.com



21.352.152/0001-23 03

E C EMPREENDIMENTOS LTDA 688

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 002
CABRAL - CEP: 82510-020

CURITIBA - PR

MODELO 08

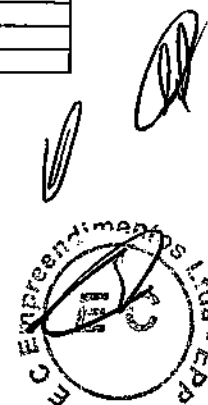
PLANILHA DE SERVIÇOS

REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

MUNICÍPIO: PIÊN/PR

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM 17.925,28 M2 - DISTRITO TRIGOLÂNDIA E CAMPINA DOS CRESPINS - ORÇAMENTO GLOBAL

CÓDIGO	ORIGEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO PARCIAL	PREÇO SUBTOTAL
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 7.255,59
606700A	DER	Demolição de concreto simples	m³	3,10	R\$ 131,14	R\$ 406,53	
COMP1	ORÇACIVIL	PLACA DE OBRA TIPO BANHEIR 4,00X2,00M EM QUADRADO DE METALON 20X20MM E LONA 360G, COM IMPRESSÃO DIGITAL, FIBRA EM ESTRUTURA DE MADEIRA	ud	1,00	R\$ 1.855,44	R\$ 1.855,44	
840000A	DER	Remoção e recolocação de cercas de arame	m	146,00	R\$ 30,89	R\$ 4.509,94	
PAI023	PMCTBA	Arrancamento de bloco sextavado de concreto	m²	26,65	R\$ 9,66	R\$ 257,44	
PAI025	PMCTBA	Arrancamento de pedra irregular	m²	23,42	R\$ 9,66	R\$ 226,24	
2		TERRAPLENAGEM					R\$ 43.306,35
401000	DER	Compactação de Aterros 100% P.N.	m³	1.489,70	R\$ 4,57	R\$ 6.803,36	
520100A	DER	Escavação e carga mat. jazida 1ª cat s/transporte	m³	9.359,74	R\$ 3,90	R\$ 36.502,99	
3		BASE/SUB-BASE					R\$ 752.937,61
511100A	DER	Regularização compac.subleito 100% PN	m²	19.832,58	R\$ 2,98	R\$ 59.101,09	
530200B	DER	Brita 4A	m³	4.091,69	R\$ 92,18	R\$ 377.171,98	
531000A	DER	Brita Graduada	m³	2.550,25	R\$ 124,17	R\$ 316.664,54	
4		REVESTIMENTO					R\$ 1.061.322,62
560100B	DER	Imprimação com Emulsão FAI - exclusive emulsão	m²	17.925,28	R\$ 0,35	R\$ 6.273,85	
589190A	DER mat	Fornecimento de Emulsão EAI - Imprimação	ton	19,72	R\$ 3.725,57	R\$ 73.468,24	
561100	DER	Pintura de Ligação com RR-1C - exclusive Emulsão	m²	18.127,96	R\$ 0,24	R\$ 4.350,71	
589420A	DER mat	Fornecimento de RR-1C - pintura de ligação	ton	9,06	R\$ 3.101,16	R\$ 28.096,51	
570000B	DER	CBUQ - CAPA Traço 1 (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	2.104,23	R\$ 218,30	R\$ 459.353,41	
589000I	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 ton)	ton	105,21	R\$ 4.655,26	R\$ 489.779,90	
5		MEIO-FIO E SARIETA					R\$ 956,88
810250D	DER	Meio-fio com Sarjeta DER - Tipo 3 - (0,034m³) - Pré-moldado	m	27,00	R\$ 35,44	R\$ 956,88	
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					R\$ 70.796,48
98504	SINAPI	Plantio de Grama em placas	m²	5.064,99	R\$ 11,40	R\$ 57.740,89	
800100	DER	Hidrossemeadura	m²	1.313,44	R\$ 9,94	R\$ 13.055,59	
7		SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					R\$ 130.334,68
873000	DER	Tachão refletivo bidirecional	ud	1.513,00	R\$ 35,52	R\$ 53.741,76	
822000	DER	Faixa Sinalização Horizontal c/tinta acrílica base solvente (0,034m²/m²)	m²	2.069,46	R\$ 25,10	R\$ 51.943,45	
820000A	DER	Placa sinalização refletiva - SEM SUPORTE	ud	6,00	R\$ 561,86	R\$ 3.371,16	
821300	DER	Suporte metal. galv. fofo d=2,5" c/tampa e aletas anti-giro h=3,00m	ud	16,00	R\$ 399,58	R\$ 5.483,28	
820000F	DER	Placa sinalização refletiva - círculo (0,1964 m²/ud) + sup. METÁLICO	ud	11,00	R\$ 449,93	R\$ 4.949,23	
820000H	DER	Placa sinalização refletiva - octógono (0,2160 m²/ud) + sup. METÁLICO	ud	2,00	R\$ 460,94	R\$ 921,88	
820000I	DER	Placa sinalização refletiva - losango (0,2025 m²/ud) + sup. METÁLICO	ud	22,00	R\$ 453,36	R\$ 9.973,92	
8		ILUMINAÇÃO PÚBLICA					R\$ 46.053,92
844000	DER	Remanejamento postes linha transmissão	ud	11,00	R\$ 4.186,72	R\$ 46.053,92	
10		DRENAGEM					R\$ 385.161,42
600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	m³	362,19	R\$ 8,13	R\$ 2.944,60	
630400	DER	Remoção de bueiro 0,40m	ud	213,00	R\$ 18,94	R\$ 4.034,22	
630600	DER	Remoção de bueiro 0,60m	ud	70,00	R\$ 22,73	R\$ 1.591,10	
601200A	DER	Reaterro e Apiloamento Mecânico	m³	173,72	R\$ 27,54	R\$ 4.784,25	
97623C	SINAPI	Demolição de alvenaria de tijolo com reaproveitamento	m³	5,67	R\$ 146,92	R\$ 833,04	
620000B	DER	Boca (Ala) de BSTC d=0,40 m	ud	1,00	R\$ 815,26	R\$ 815,26	
620100A	DER	Boca (Ala) de BSTC d=0,60 m	ud	3,00	R\$ 1.211,84	R\$ 3.635,52	
610400A	DER	Corpo de BSTC d=0,40 sem Berço e sem Armação	m	5,00	R\$ 76,32	R\$ 381,60	
610600A	DER	Corpo de BSTC d=0,60 sem Berço e sem Armação	m	5,00	R\$ 130,76	R\$ 653,80	



21.352.152/0001-23

E C EMPREENDIMENTOS LTDA

689

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 802
CABRAL - CEP: 82510-020

CURITIBA - PR

MODELO 08

PLANILHA DE SERVIÇOS

REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

MUNICÍPIO: PIÊN/PR

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM 17.925,28 M2 - DISTRITO TRIGOLÂNDIA E CAMPINA DOS CRESPINS - ORÇAMENTO GLOBAL

CÓDIGO	ORIGEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO PARCIAL	PREÇO SUBTOTAL
610400C	DER	Corpo de BSTC d=0,40 sem Berço c/Armação Simples CA-1	m	84,00	R\$ 111,38	R\$ 9.355,92	
610600D	DER	Corpo de BSTC d=0,60 sem Berço c/Armação Simples CA-1	m	75,00	R\$ 169,07	R\$ 12.680,25	
611200A	DER	Corpo de BSTC d=1,20 sem Berço c/Armação Simples CA-1	m	4,00	R\$ 533,70	R\$ 2.134,80	
CLM050	DER	C.L. pré-moldado tubo até 0,60	ud	4,00	R\$ 706,68	R\$ 2.826,72	
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo d=0,40	ud	1,00	R\$ 960,28	R\$ 960,28	
DISSIPM	DER	Dissipador de Energia c/Pedra de Mão tubo d=0,60	ud	2,00	R\$ 1.154,01	R\$ 2.308,02	
516200	DER	Rachão s/britagem	m²	113,59	R\$ 74,68	R\$ 8.482,90	
650600	DER	Sarjeta triangular concreto - tipo 4	m	3.268,11	R\$ 57,55	R\$ 188.079,73	
655400	DER	Transp. segmento sarjeta tipo 2 (ST-2/SZ-3) c/tubo 0,30m	m	508,00	R\$ 236,86	R\$ 120.324,88	
		Caixa coletora de sarjeta com grelha de ferro	ud	10,00	R\$ 1.369,13	R\$ 13.691,30	
603010	DER	Assentamento de tubo 0,40m sem berço	m	41,00	R\$ 31,23	R\$ 1.280,43	
603020	DER	Assentamento de tubo 0,60m sem berço	m	70,00	R\$ 48,04	R\$ 3.362,80	
11		ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra)					R\$ 36.224,02
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Subleito	ud	25,00	R\$ 123,87	R\$ 3.096,75	
8.1	DAER/RS	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Sub-base e Base	ud	50,00	R\$ 123,87	R\$ 6.193,50	
5.1	DAER/RS	Ensaio de Granulometria do Agregado	ud	50,00	R\$ 126,29	R\$ 6.314,50	
7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	ud	25,00	R\$ 150,00	R\$ 3.750,00	
74022/53	SEI/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	ud	25,00	R\$ 87,75	R\$ 2.193,75	
74022/56	SEI/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	ud	25,00	R\$ 71,51	R\$ 1.787,75	
74022/55	SEI/2016	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	ud	25,00	R\$ 193,13	R\$ 4.828,25	
7.1	DAER/RS	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	ud	25,00	R\$ 116,95	R\$ 2.923,75	
3.20	DAER/RS	Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica	gb	1,00	R\$ 5.135,77	R\$ 5.135,77	
PREÇO GLOBAL						R\$ 2.534.349,57	R\$ 2.534.349,57

CURITIBA, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

E C EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

EZIO LUIZ CALLIARI FILHO

RG 7.800.731-1-PR / CPF 050.889.439-54

CREAMP Nº 133.969/D



MODELO 09

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

MUNICÍPIO: PIEN/PR

OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM 17.925,28 M2 - DISTRITO TRIGOLÂNDIA E CAMPINA DOS CRESPINS - ORÇAMENTO GLOBAL

CÓDIGO ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)								TOTAL		COEF INFL (%)
		30	60	90	120	150	180	210		SERVIÇO	ACUMULADO	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.451,12	R\$ 2.176,68	R\$ 2.176,68	R\$ 1.451,12	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ 7.255,59	R\$ 7.255,59	0,29%
		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%							
2	TERRAPLENAGEM	R\$ 6.499,95	R\$ 10.828,59	R\$ 12.991,91	R\$ 10.828,59	R\$ 2.165,82	R\$ -	R\$ -		R\$ 43.306,35	R\$ 50.561,94	1,71%
		15,00%	25,00%	30,00%	25,00%	5,00%						
3	BASE/SUB-BASE	R\$ 37.646,88	R\$ 150.587,52	R\$ 188.234,40	R\$ 188.234,40	R\$ 150.587,52	R\$ 37.646,88	R\$ -		R\$ 752.937,61	R\$ 803.499,55	29,71%
		5,00%	20,00%	25,00%	25,00%	20,00%	5,00%					
4	REVESTIMENTO	R\$ -	R\$ 59.066,13	R\$ 212.264,52	R\$ 265.390,68	R\$ 265.390,66	R\$ 212.264,52	R\$ 59.066,13		R\$ 1.061.922,62	R\$ 1.864.822,17	41,88%
			5,00%	20,00%	25,00%	25,00%	20,00%	5,00%				
5	MEIO-FIO E SARIETA	R\$ -	R\$ 143,53	R\$ 239,22	R\$ 287,06	R\$ 239,22	R\$ 47,84	R\$ -		R\$ 956,88	R\$ 1.865.779,05	0,04%
			15,00%	25,00%	30,00%	25,00%	5,00%					
6	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	R\$ -	R\$ 3.539,82	R\$ 7.079,65	R\$ 17.699,12	R\$ 21.239,94	R\$ 17.699,12	R\$ 3.539,82		R\$ 70.796,48	R\$ 1.996.575,53	2,79%
			5,00%	10,00%	25,00%	30,00%	25,00%	5,00%				
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	R\$ -	R\$ -	R\$ 26.066,94	R\$ 26.066,94	R\$ 26.066,94	R\$ 99.100,40	R\$ 13.033,47		R\$ 130.334,68	R\$ 2.066.910,21	5,14%
				20,00%	20,00%	20,00%	30,00%	10,00%				
8	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.210,78	R\$ 13.816,18	R\$ 13.816,18	R\$ 9.210,78	R\$ -		R\$ 46.053,92	R\$ 2.112.964,13	1,82%
				20,00%	30,00%	30,00%	20,00%					
10	DRENAGEM	R\$ 77.032,28	R\$ 115.548,43	R\$ 115.548,43	R\$ 57.774,21	R\$ 19.258,07	R\$ -	R\$ -		R\$ 385.161,42	R\$ 2.498.125,55	15,20%
		20,00%	30,00%	30,00%	15,00%	5,00%						
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	R\$ 1.086,72	R\$ 4.946,88	R\$ 9.056,01	R\$ 9.056,01	R\$ 7.507,04	R\$ 9.984,64	R\$ 1.086,72		R\$ 36.224,02	R\$ 2.534.349,57	1,43%
		3,00%	12,00%	25,00%	25,00%	21,00%	11,00%	3,00%				
TOTAL PARCELA		R\$ 123.712,96	R\$ 340.235,58	R\$ 582.868,53	R\$ 590.542,28	R\$ 506.309,89	R\$ 319.954,20	R\$ 70.726,14		R\$ 2.584.349,57	100,00%	
		4,88%	19,42%	23,00%	23,30%	19,98%	12,62%	2,79%				
TOTAL ACUMULADO		R\$ 123.712,96	R\$ 463.948,54	R\$ 1.046.817,07	R\$ 1.637.359,34	R\$ 2.143.669,23	R\$ 2.463.623,43	R\$ 2.584.349,57				
		4,88%	18,31%	41,31%	64,61%	84,58%	97,21%	100,00%				

CURITIBA, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

RG 7.800.731-1-PR / CPF 050.889.439-54
CREAMP/PR Nº 133.969/0



AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 802
CABRAL - CEP: 82510-020
CURITIBA - PR

690

21.352.152/0001-23

DECLARAÇÃO

E C EMPREENDIMENTOS LTDA., com sede à Avenida Nossa Senhora da Luz nº 230, apto. 802, CEP 82.510-020, em Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 21.352.152/0001-23, tel: 41-99972-7575, e-mail: eziocalliani@gmail.com, por seu representante legal Sr Ézio Luiz Calliari Filho, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CPF/MF nº 050.889.439-54, RG nº 7.800.731-1, CREA nº 133.969-D, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 1 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

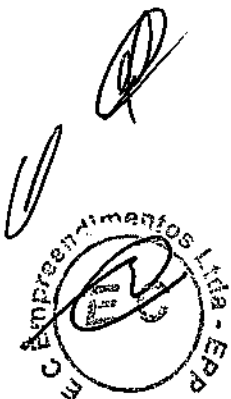
1. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.



- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:
 - (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,
 - (bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;
- (iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
- (iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;



E C EMPREENDIMENTOS LTDA

693

AV. NOSSA SENHORA DA LUZ Nº 230 - 8º ANDAR - APT. 802
CABRAL - CEP: 82510-020

CURITIBA - PR

- (v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 2 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
 - (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;
 - (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.
- (c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de

2. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.




decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e



(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de



sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e

sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Curitiba, 21 de outubro de 2021.

E C EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP

EZIO LINZ CALLIARI FILHO

RG 7.800.731-1-PR / CPF 050.889.439-54

CREA/PR Nº 133.969/D



SAMIR CHAMBELA ROCHA

De: SAMIR CHAMBELA ROCHA
Enviado em: sexta-feira, 12 de novembro de 2021 10:39
Para: apf@implantec.ind.br; pradoepradoservicos@gmail.com;
prime.primeconstrucoes@gmail.com; eziocallari@gmail.com;
licitacao.sulca@gmail.com; gammapavimentacao@gmail.com;
bracor@terra.com.br; Licitações Administração
Assunto: Concorrência 003/2021 - Ata de Segunda Sessão
Anexos: ATA DE SEGUNDA SESSÃO - CC003_2021.pdf

Bom dia,

Encaminho em anexo cópia da ata da sessão que se deu hoje, na ocasião da abertura dos envelopes de propostas de preços.

Informo que a empresa **PRIME CONSTRUÇÕES LTDA** possui o prazo máximo de **12 horas do dia 16/11/2021** para encaminhar proposta atualizada, inferior ao valor de menor oferta, caso seja de seu interesse.

Solicitamos ainda, gentilmente, para que caso não tenham intenção de cobrir a proposta da empresa responsável pela menor oferta, que nos encaminhe contato informando a negativa, favorecendo assim a celeridade do processo.

Atenciosamente,

Samir Chambela Rocha
(41)3632-1136 – Ramal 2251

Departamento de Licitações e Compras
Prefeitura Municipal de Piên



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

698

CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

ATA DE SEGUNDA SESSÃO - ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS.

No dia doze do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às 09:40 horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Piên, a Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº 495/2021 para iniciar as atividades pertinentes à **Concorrência nº 003/2021**, para a **Pavimentação de Estrada Vicinal – Estrada Municipal KO -002 – Trecho 2/ - Estrada Cachoeirinha – Bairro Campina dos Crispins**. Às 09:40 foi aberta a sessão pública não havendo a presença de representantes das empresas proponentes. Foi iniciada a análise dos envelopes de proposta de preços iniciando-se a abertura dos mesmos, sendo registradas da seguinte forma:

- 1- PRADO E PRADO LTDA, valor total: R\$ 2.272.069,20**
- 2- SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, valor total: R\$ 2.359.456,77**
- 3- PRIME CONSTRUÇÕES LTDA, valor total: R\$ 2.443.352,40**
- 4- E C EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, valor total: R\$ 2.534.349,57**
- 5- CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA, valor total: R\$ 2.619.923,97**
- 6- GAMMA PAVIMENTAÇÃO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, valor total: R\$ 2.643.676,305**

A empresa **SUÍÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA** não pode usufruir do direito ME/EPP, pois conforme recurso e resposta emitidos na Concorrência 001/2021, já foi aferido que o sócio majoritário da mesma também é detentor de mais de 70% (setenta por cento) de outra empresa de pavimentação, cujo somados os valores de capital social, ultrapassam os limites de ME/EPP, não podendo usufruir assim, do direito de cobertura de lance da primeira colocada.

A empresa **PRIME CONSTRUÇÕES LTDA** poderá usufruir do direito de ME/EPP e será convocada via e-mail para oferta de cobertura da proposta encaminhada pela empresa PRADO E PRADO LTDA. Caso não haja interesse por parte da mesma, será declarada vencedora a PRADO E PRADO LTDA.

Será oportunizado o prazo de recurso desta fase via e-mail.

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, cujo foi acompanhada pelos membros da comissão e assinada pelos presentes.

Piên/PR, 12 de novembro de 2021.

PRESIDENTE: Marcos Aurélio Melenek

MEMBRO: Eduardo Duarte Scheivaraski

MEMBRO: Samir Chambela Rocha

SAMIR CHAMBELA ROCHA

De: SAMIR CHAMBELA ROCHA
Enviado em: terça-feira, 16 de novembro de 2021 14:25
Para: apf@implantec.ind.br; pradoepradoservicos@gmail.com;
prime.primeconstrucoes@gmail.com; eziocalliari@gmail.com;
licitacao.suica@gmail.com; gammapavimentacao@gmail.com;
bracor@terra.com.br; Licitações Administração
Assunto: RES: Concorrência 003/2021 - Ata de Segunda Sessão

Considerando que a empresa **PRIME CONSTRUÇÕES LTDA** não demonstrou interesse na cobertura da proposta, fica aberto o prazo de recursos até a data de 23/11/2021. Caso não hajam recursos, a empresa **PRADO E PRADO LTDA** será considerada vencedora do certame.

Atenciosamente,

De: SAMIR CHAMBELA ROCHA
Enviado em: sexta-feira, 12 de novembro de 2021 10:39
Para: apf@implantec.ind.br; pradoepradoservicos@gmail.com; prime.primeconstrucoes@gmail.com;
eziocalliari@gmail.com; licitacao.suica@gmail.com; gammapavimentacao@gmail.com; bracor@terra.com.br;
Licitações Administração <licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br>
Assunto: Concorrência 003/2021 - Ata de Segunda Sessão

Bom dia,
Encaminho em anexo cópia da ata da sessão que se deu hoje, na ocasião da abertura dos envelopes de propostas de preços.

Informo que a empresa **PRIME CONSTRUÇÕES LTDA** possui o prazo máximo de **12 horas do dia 16/11/2021** para encaminhar proposta atualizada, inferior ao valor de menor oferta, caso seja de seu interesse.

Solicitamos ainda, gentilmente, para que caso não tenham intenção de cobrir a proposta da empresa responsável pela menor oferta, que nos encaminhe contato informando a negativa, favorecendo assim a celeridade do processo.

Atenciosamente,

Samir Chambela Rocha
(41)3632-1136 – Ramal 2251

Departamento de Licitações e Compras
Prefeitura Municipal de Piên

SAMIR CHAMBELA ROCHA

De: PRIME CONSTRUÇÕES <licitacaoprimeconstrucoes@gmail.com>
Enviado em: terça-feira, 16 de novembro de 2021 11:39
Para: SAMIR CHAMBELA ROCHA
Assunto: Re: Concorrência 003/2021 - Ata de Segunda Sessão

Bom dia,

A empresa Prime não vai dar lance como microempresa.

Atenciosamente,

Ana Letícia Florentino da Costa
Prime Construções Ltda
CNPJ: 11.538.454/0001-37
47 99947-4550

Em sex., 12 de nov. de 2021 às 10:41, Prime Construções <prime.primeconstrucoes@gmail.com> escreveu:

----- Forwarded message -----

De: SAMIR CHAMBELA ROCHA <samir.rocha@pien.pr.gov.br>
Date: sex., 12 de nov. de 2021 às 10:38
Subject: Concorrência 003/2021 - Ata de Segunda Sessão
To: apf@implantec.ind.br <apf@implantec.ind.br>, pradoepradoservicos@gmail.com <pradoepradoservicos@gmail.com>, prime.primeconstrucoes@gmail.com <prime.primeconstrucoes@gmail.com>, eziocalliari@gmail.com <eziocalliari@gmail.com>, licitacao.suica@gmail.com <licitacao.suica@gmail.com>, gammapavimentacao@gmail.com <gammapavimentacao@gmail.com>, bracor@terra.com.br <bracor@terra.com.br>, Licitações Administração <licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br>

Bom dia,

Encaminho em anexo cópia da ata da sessão que se deu hoje, na ocasião da abertura dos envelopes de propostas de preços.

Informo que a empresa **PRIME CONSTRUÇÕES LTDA** possui o prazo máximo de **12 horas do dia 16/11/2021** para encaminhar proposta atualizada, inferior ao valor de menor oferta, caso seja de seu interesse.

Solicitamos ainda, gentilmente, para que caso não tenham intenção de cobrir a proposta da empresa responsável pela menor oferta, que nos encaminhe contato informando a negativa, favorecendo assim a celeridade do processo.

Atenciosamente,



Equipamento

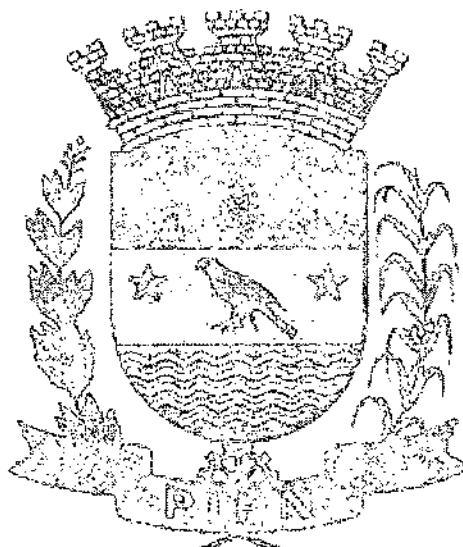
Prefeitura Municipal de Piên - 2021

Classificação por Fornecedor

Concorrência 3/2021

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 23885-6 - PRADO E PRADO LTDA		CNPJ: 23.163.183/0001-80 - Telefone:		Status: Classificado				2.272.069,20	
Lote 001 - Lote 001								2.272.069,20	
001	23398 PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM ÁREA DE 17.925,28 M2,	SE	1,00	Classificado			2.272.069,20	2.272.069,20	*
VALOR TOTAL:							2.272.069,20		



701



SAM

Sistema de Acompanhamento
e Monitoramento de projetos

AUTORIZAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Município : PAN
Modalidade : Concorrência Nacional Nr. : 0003/2021
Objeto : Pavimentação asfáltica de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28m2, incluindo execução de serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.
Lote(s) : 1=> R\$ 2.272.069,20

Tem a presente por objetivo autorizar essa Municipalidade a dar continuidade aos atos administrativos como :

- * Homologação do(s) Lote(s) do Processo Licitatório
- * Assinatura do Contrato com o(s) Fornecedor(es) vencedor(es):
Lote 1 - PRADO & PRADO LTDA

A presente Autorização prende-se ao fato de que, após criteriosa análise do processo licitatório por parte da Assessoria Jurídica / PARANACIDADE, a mesma concluiu que todas as etapas exigidas pela Lei 8.886/93 e alterações foram cumpridas de forma satisfatória.

Ateramos a necessidade da observância do contido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para o efetivação dos atos ora autorizados.

O(s) Lote(s) tem a seguinte composição financeira:
Lote 01 - Valor Total: R\$2.272.069,20; Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU: R\$2.100.000,00;
Contrapartida Municipal: R\$172.069,20;

Obs: Não haverá transferência voluntária e repasse de recursos financeiros do Estado ao Município em período eleitoral, a exceção de repasses já transferidos antes deste período.

Curitiba, 29/11/2021

Carlos Massa Ratinho Jr
Governador do Estado do Paraná

João Carlos Ortega
Secretário de Desenv. Urbano e de Obras Públicas

Associação : AMSULEP
Escritório Regional : Escritório Regional de Curitiba
Contratos de empréstimo :
SAM Projeto Nr : 60



Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 003/2021

703

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA a **Concorrência nº 003/2021**, o qual tem como objeto a "Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa: **PRADO E PRADO LTDA** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **23.153.183/0001-80**, vencedora do processo com o valor de **R\$ 2.272.069,20** (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos). O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 02 de dezembro de 2021.


Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Letícia Aparecida Fuerst
Código Identificador:3E471095

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 003/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA a Concorrência nº 003/2021, o qual tem como objeto a "Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa: **PRADO E PRADO LTDA** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 23.153.183/0001-80, vencedora do processo com o valor de R\$ 2.272.069,20 (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos). O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 02 de dezembro de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:11884D25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA TOMADA DE
PREÇOS 010/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2021
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO

O Município de Piên, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que a licitação referente a Tomada de Preços 10/2021, objetivando a Contratação de empresa para requalificação de estrada do Poço Frio sentido Campina dos Maias, encontra-se SUSPENSO devido a Mandado de Segurança (Processo nº 0003892-11.2021.8.16.0146). Este órgão se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos.

Piên/PR, 02 de dezembro de 2021

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Pregoeiro

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:ABB40699

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2021 PIENPREV

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação Nº08/2021

PROTOCOLO: 3170/2021

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de 03 (três) passagens aéreas para 9º Congresso Brasileiro de Conselheiros na cidade de Vitória- ES, conforme solicitação do PIENPREV.

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên – PIENPREV.

PESSOA JURÍDICA: ADRIÁTICA – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI
CNPJ: 00.682.048/0001-27

VALOR: R\$ 3.714,24 (Três mil, setecentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos)

AUTORIZAÇÃO: 30/11/2021

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:D5146DFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021 PIENPREV

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2021

PROTOCOLO: 3162/2021

Objeto: Inexigibilidade de licitação para Pagamento de 3 (três) inscrições no 9º Congresso Brasileiro de Conselheiros conforme solicitado pela PIENPREV.

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIÊN-PIENPREV

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM.
CNPJ: 29.184.280/0001-17
VALOR: R\$ 2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais).

AUTORIZAÇÃO: 30/11/2021

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:9D60BE85

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO DO CONTRATO 29/2021

RESCISÃO 014/2021
RESCISÃO DO CONTRATO 029/2021

RESCISÃO DO CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI.

O MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. MAICON GROSSKOPF, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato, assistido pelo Procuradoria Jurídica do Município, Sr. Calebe França Costa, OAB/PR nº 61.756/PR, CONTRATANTE, e de outro a empresa GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.330.299/0001-78, inscrição Estadual nº 10740824-4 estabelecida na Avenida Center, nº. 1257, Res. Centerville, em Goiânia/GO, CEP 74369-003, Fone (62) 3258-0733, e-mail contato@globalmercantil.com; neste ato representado pelo, Sr. Herbert Rafael Lacerda Neco, inscrito no CPF sob nº. 013.416.301-02.

Cláusula primeira: Fica rescindido unilateralmente o contrato, por descumprimento da empresa com seus compromissos assumidos.

Cláusula Segunda: A rescisão foi instruída pelo processo administrativo apuratório nº 008/2021.

Cláusula Terceira: Os motivos bem como multas e sanções foram instruídos no processo apuratório já citado.

Piên/PR, 02 de dezembro de 2021.

CONTRATO Nº 125/2021

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA PRADO E PRADO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Piên, situado na Rua Amazonas, nº 373 – Centro/PR, CNPJ 76.002.666/0001-40, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Maicon Grosskopf, portador da cédula de identidade R.G. n.º 10094176-7, inscrito no CPF sob n.º 080.278.589-17 e a empresa **PRADO E PRADO LTDA**, CNPJ 23.153.183/0001-80, localizada na Rua Eptácio Pessoa, nº 52, Bairro Jardim São Paulo, Cascavel/PR, CEP: 85803-550, Telefone: (45) 3097-7665, e-mail engenhariapradoeprado@gmail.com, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por Osli do Prado, portador da cédula de identidade R.G. n.º 4.251.082-3, inscrito no CPF sob n.º 588.861.769-53, residente na Rua Joaquim Távora nº 442, Parque São Paulo, Cascavel/PR, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/1993, na proposta da CONTRATADA datada de 12/11/21, protocolo n.º 2489, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

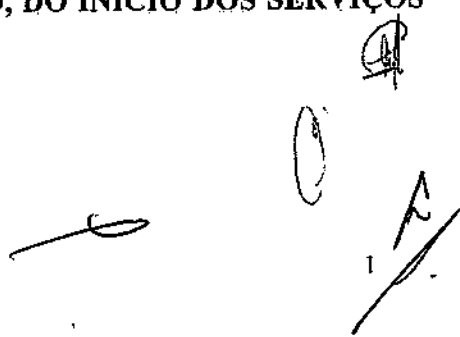
O objeto do presente Contrato é a execução de Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m², incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da licitação n.º CONCORRÊNCIA 003/2021, fornecida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O preço global para a execução do objeto deste Contrato, é de R\$ 2.272,069,20 (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária 04.001.15.451.0006.1001.44.90.51.0000 Fonte 796.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 11º (décimo primeiro) dia contado a partir da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

Parágrafo Segundo

Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:

- a) da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;
- c) do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- e) de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- g) de outros casos previstos em lei.

Parágrafo Terceiro

Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados.

Parágrafo Quarto

Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

Parágrafo Quinto

O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 420 (quatrocentos e vinte) dias, contados da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- a) confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo;
- b) as placas devem ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização, devendo ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto a integridade do padrão das cores, durante o período de exercício da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade ou, ainda, por solicitação do PARANACIDADE;
- c) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- d) notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (*quarenta e oito*) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;
- e) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- f) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- g) manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- h) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- i) não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (*dezesseis*) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (*quatorze*) anos;
- j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- l) examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- m) respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DNIT, por meio da relação de ensaios necessários, já previstos no orçamento, firmando a respectiva Declaração de Realização de Ensaios emitida pela CONTRATANTE.
- n) apresentar, antes do início dos serviços o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região.

- o) participar e firmar a ata da reunião de partida, conforme estabelece o parágrafo único da cláusula sétima; e
- p) elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.
- q) providenciar a imediata baixa da ART ou RRT, em caso de rescisão contratual.

Parágrafo Primeiro

O cronograma físico de execução deverá ser elaborado na modalidade GANTT e respectiva rede de precedências na modalidade PERT-CPM. A CONTRATADA adotará como referência o cronograma físico-financeiro apresentado na licitação para elaboração do cronograma de execução, no qual constará a sequência de todas as tarefas, os seus prazos de execução e respectivas datas de início e término.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

As notificações referidas nesta cláusula deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor, fiscal e supervisor (PARANACIDADE) do contrato.

Parágrafo Quarto

As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

Parágrafo Quinto

A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto

Durante a execução da obra, todo o consumo de material das misturas será reavaliado através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

Parágrafo Sétimo

O consumo dos materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar a previsão orçamentária dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente empenhada, bem como os ensaios de controle tecnológicos, quando realizados;
- c) emitir, a cada ensaio, a respectiva Declaração de Realização de Ensaios;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- e) garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- f) garantir à CONTRATADA acesso às suas instalações;
- g) organizar e participar de reunião de partida firmando a respectiva ata;
- h) providenciar, no caso de rescisão do contrato, o termo de compatibilidade físico financeiro.

Parágrafo Único

Na data da assinatura do contrato será realizada a reunião de partida, na qual estarão presentes representantes da CONTRATANTE e CONTRATADA, dentre eles, necessariamente, o fiscal e responsável pelo objeto contratado, bem como, supervisor do PARANACIDADE. Nessa oportunidade deverão ser tratadas as especificidades do objeto contratado, esclarecendo suas características gerais, implantação, cronograma físico financeiro, proceder-se-á a abertura do "Diário de Obra" e aprovar-se-á o cronograma físico de execução. Ademais, ressaltar-se-ão as normas relativas às medições, condições de pagamento e obrigações da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas. O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;




b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

b.1) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

e) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

e.1) da ART pela CONTRATADA;

e.2) comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;

e.3) da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

f) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

f.1) da certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

f.2) do Termo de Recebimento Provisório;

f.3) de comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

f.4) quando necessário, do AS BUILT da obra.

g) no mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser entregues os seguintes documentos:

g.1) original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

g.2) declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal (*Modelo n.º 11*) em anexo;

g.3) original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

g.4) comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

h) acompanhado de Declaração de Realização de Ensaios – firmado pelo CONTRATANTE e pelo responsável da CONTRATADA –, quando o faturamento ocorrer após a realização de ensaio.

Parágrafo Primeiro

O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Piên – CNPJ n.º 76.002.666/0001-40.

Parágrafo Segundo

Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a apresentação correta da fatura e recepção do recurso financeiro pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 2,0 % (dois por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro

O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12 / I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

Parágrafo Quarto

A última medição, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5 % (cinco por cento) sobre o valor contratual, acrescido da garantia adicional, se houver.

Parágrafo Primeiro

A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

Parágrafo Segundo

Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

Parágrafo Terceiro

A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;
- b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

Parágrafo Quarto

Nos casos previstos na Cláusula Vigésima Primeira - Rescisão do Contrato, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO

O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

Parágrafo Primeiro

Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) Claudemir José de Andrade, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Parágrafo Segundo

Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Engenheiro Simon Schneider, CREA 70380/PR, e ao fiscal substituto Sr. (a) Fernanda Buba, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso. Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

Parágrafo Terceiro

Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor, nos seguintes casos:

- a) quando houver omissão no cumprimento de suas obrigações;
- b) quando verificar problemas na execução dos serviços contratados, sem que a fiscalização e/ou gestão tenham tomado providências;
- c) quando houver alteração pela CONTRATADA do projeto executivo, sem consulta prévia e anuência da Supervisão do PARANACIDADE.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

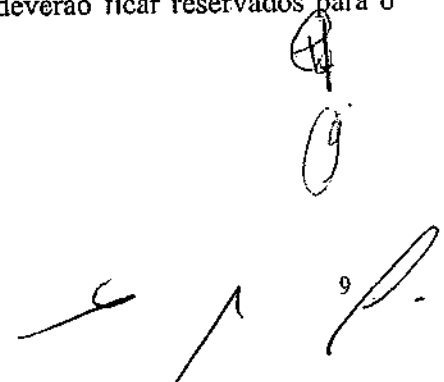
Parágrafo Quinto

A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Sexto

A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Sétimo



A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Oitavo

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Nono

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Décimo

Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia previsto no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Primeiro

Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

Parágrafo Décimo Segundo

A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do parágrafo quinto da cláusula sexta.

Parágrafo Décimo Terceiro

A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Décimo Quarto

Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS

A CONTRATADA deve submeter os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias à fiscalização, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

Parágrafo Segundo

A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

Parágrafo Primeiro

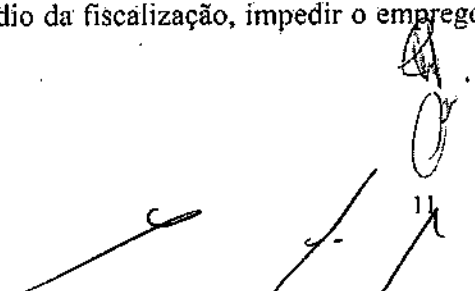
A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo

Se no Contrato não tiverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, utilizando-se como parâmetro tabelas oficiais, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.



Parágrafo Único

Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual - EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Primeiro

O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo Terceiro

Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

Parágrafo Quarto

O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

Parágrafo Quinto

Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Terceiro

Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações.

Parágrafo Quarto

A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto

A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (Art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela

CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro

O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra (s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

Parágrafo Segundo

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais.

Parágrafo Segundo

Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste

contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES

À CONTRATADA quando não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar falsamente ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada, pela autoridade competente do CONTRATANTE e sem prejuízo da reparação dos danos a ele causados, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de mora de 0,1% (zero vírgula, um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias. Após este prazo, este Termo será encaminhado para abertura de Processo Administrativo;
- c) multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
- d) multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- e) suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o Prefeito Municipal determinar, até no máximo 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:
 - e.1) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - e.2) não mantiver sua proposta;
 - e.3) abandonar a execução do contrato;
 - e.4) incorrer em inexecução contratual.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo que o Prefeito Municipal determinar, até no máximo de 5 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:
 - f.1) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
 - f.2) apresentar documento falso;
 - f.3) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
 - f.4) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagens de qualquer tipo; ou
 - f.5) agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
 - f.6) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - f.7) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica;
 - f.8) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da Lei.

Parágrafo Primeiro

As penalidades de Advertência, Suspensão Temporária e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades de multa, facultada a defesa prévia do CONTRATADO.

Parágrafo Segundo

Sendo a licitante penalizada e incorrendo multa, a respectiva importância será descontada do valor da garantia contratual.

Parágrafo Terceiro

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Quarto

As penalidades previstas não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Quando forem verificadas situações, que ensejem a aplicação das penalidades previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início a procedimento administrativo para apuração dos fatos e, quando for o caso, imputação de penalidades, garantindo ao CONTRATADO o exercício do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- d) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e
- e) demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro

A rescisão do contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Segundo

Declarada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o percentual executado e/ou o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza,

devendo, obrigatoriamente, apresentar os documentos previstos na alínea "f" da Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, projetos, especificações técnicas, memoriais, proposta, planilha de serviços, cronograma físico-financeiro, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, no prazo de execução ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com anuência expressa e prévia do PARANACIDADE.

Parágrafo único

Para a prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual, respeitados os preceitos da lei, não será necessária anuência prévia do PARANACIDADE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos a ele vinculados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

Parágrafo Único

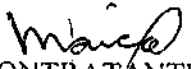
Deverá a CONTRATADA notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos, quando vier a ser descoberto qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Piên/PR, 06 de dezembro de 2021.

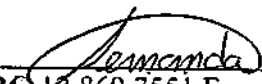

CONTRATANTE
Maicon Grosskopf

Assinatura do Responsável
CREA/CAU nº Eliane do Prado 136.243/D/PR

Eliane do Prado
Responsável Técnica
CREA-PR 136.243/D

Testemunhas:


RG 6268104-7 Simon Schneider


RG 12.869.755-1 Fernanda Buba


CONTRATADA
PRADO & PRADO LTDA

PRADO & PRADO
LTDA:23153183000180

Assinado de forma digital por
PRADO & PRADO
LTDA:23153183000180
Dados: 2021.12.06 17:08:42 -03'00'

**ENSAIOS E DECLARAÇÃO
ANEXO 01 DO CONTRATO**

PAVIMENTAÇÕES EM CBUQ – PMF – TRATAMENTOS (TST)

ENSAIOS NECESSÁRIOS

1) Terraplenagem

- Determinação da massa específica aparente "in situ", com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.

2) Reforço do Subleito

- Determinação da massa específica aparente "in situ", com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.

3) Regularização e Compactação do Subleito

- Determinação da massa específica aparente "in situ", com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.

4) Sub-base e Base

- Análise Granulométrica dos Agregados – Norma DNER-ME 083/98 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista;

- Determinação da massa específica aparente "in situ", com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 052/94 ou 088/94 e Norma DNER-ME 092/94 (de acordo com a Norma DNIT 141/2010-ES) – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.

5) Revestimento com Tratamento (TST)

Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento – Norma DNIT 148/2012- ES:

- Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação) – mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista;

- Taxa de Agregados (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas, na pista onde estiver sendo feito o espalhamento) – mínimo 1 ensaio a cada 600 m² de pista.

6) Revestimento em CBUQ / PMF

- Determinação da espessura do revestimento com a extração de corpos de prova com a utilização de sonda rotativa (medir a altura do corpo-de-prova com paquímetro, em quatro posições equidistantes, e adotar como altura o valor da média aritmética das quatro leituras) - mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Determinação da Densidade Aparente – Norma DNER-ME 117/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Grau de Compactação (razão entre a densidade aparente da massa asfáltica compactada na pista e a densidade máxima indicada em laboratório para a mistura – ensaio Marshall) – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista.
- Antes do início dos serviços deverá ser apresentada à fiscalização o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região.
- Durante a execução da obra, todos os consumos de materiais das misturas serão reavaliados através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.
- Os consumos de materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

Declaração de Realização de Ensaios Tecnológicos

Programa

SAM

Lote

Medição nº

SIT nº

Empresa Contratada

CNPJ

Nº Contrato Empreitada

Valor do Contrato

Valor Medido Acumulado

Percentual Executado

Nº da ART específica dos laudos

Data de recolhimento

Profissional responsável

CREA

Serviços:

(%) executado

Terraplanagem:

Reforço do Subleito:

Regularização e compactação do subleito:

Sub-base:

Basê:

Revestimento:

Declaro que foram realizados os ensaios tecnológicos na presente obra, conforme descrito no anexo I do contrato de empreitada, normas técnicas vigentes e ART, atestando que os resultados apresentados estão de acordo com o projeto, bem como a qualidade dos serviços realizados. O pagamento está apto a ser realizado.

Declaro a veracidade desta informação prestada.

Local

data.

Nome

Formação - CREA/CAU

Responsável pela Fiscalização da Obra

**DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS
ANEXO 02 DO CONTRATO**

DECLARAÇÃO

PRADO E PRADO LTDA (nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 23.153.183/0001-80 (qualificação), por seu representante legal Sr.(a) Osli do Prado, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a

1. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 2 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos

2. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

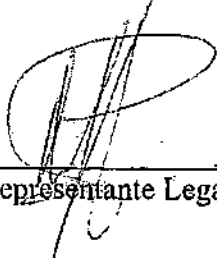
(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declararão e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco, e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Cascavel/PR, 06 de dezembro de 2021.


Assinatura Representante Legal da Empresa

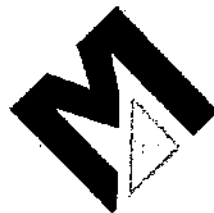
PRADO & PRADO

LTDA:23153183000180

Assinado de forma digital por
PRADO & PRADO

LTDA:23153183000180

Dados: 2021.12.06 14:18:34 -03'00'



MAXXIMUS

AFIANÇADORA

FIDUCIARY SERVICE

CNPJ/MF 13.703.820/0001-91

GARANTIA

Nº MAXG211203164707653

VALOR EM R\$ 113.603,46

(CENTO E TREZE MIL SEISCENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)

LOCADOR (A)/BENEFICIÁRIO (A): MUNICIPIO DE PIÊN
CNPJ: 76.002.666/0001-40

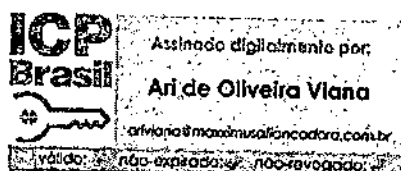
DATA DE EMISSÃO: 03/12/2021
VIGÊNCIA: de 06/12/2021 até 30/01/2023

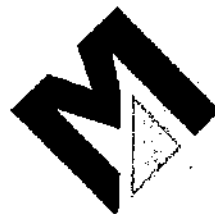
Declaração: MAXXIMUS AFIANÇADORA LTDA: Companhia Fiduciária, Legalmente constituída na Forma da Lei, inscrita no CNPJ: 13.703.820/0001-91 com sede à Rua Rio Branco, 538 - Sala 73, Centro, Bauru/SP, CEP: 17015-330, por seus representantes legais, declara que responsabiliza-se como fiador, com amparo legal e em conformidade com a Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, Arts.826 a 838, Lei nº10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Arts. 818 a 839 e demais normas aplicáveis em vigor, e em consonância com os objetivos sociais constantes no Contrato Social desta Companhia, e com lastro no Patrimônio Líquido devidamente integralizado, conforme atos constitutivos arquivados e registrados perante a JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº35.225.456.949, do (s) AFIANÇADO (S)/LOCATÁRIO (S): **PRADO E PRADO LTDA, CNPJ: 23.153.183/0001-80** residente domiciliado (a) à **RUA JOAQUIM TAVORA Nº 442, PQ SÃO PAULO - Cascavel - PR**, na qual figura como afiançado, até o limite máximo contratado, R\$ 113.603,46 - (CENTO E TREZE MIL SEISCENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

Objeto da Fiança: Garantir única e exclusivamente a Contrato à execução de Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m2, incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos

Esta Carta Fiança é concedida de forma proporcional ao seu prazo e sua validade está concordada conforme a finalidade e objeto do **CONTRATO Nº 125/2021**, no período de: **06/12/2021 até 30/01/2023**, "Pro rata tempore" ficando acertado que as partes deverão no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o vencimento de qualquer obrigação não cumprida e até o prazo de validade acima fixada exigir da MAXXIMUS AFIANÇADORA LTDA: Companhia Fiduciária, por meio de notificação escrita, os danos causados e devidamente comprovados documentalmente e de forma proporcional, a obrigação que lhe caiba no âmbito e por efeito da presente Carta Fiança, e que se assim não ocorrer, ficará o fiador desonerado da obrigação assumida por este documento, assim como na existência de pendências financeiras do segurado para com o tomador. Esta Carta Fiança não cobre indenizações referentes a cláusulas trabalhistas, previdenciárias e multas. Após a data final, sua eficácia jurídica expirar-se-á de pleno direito, ficando a MAXXIMUS AFIANÇADORA LTDA: Companhia Fiduciária exonerado de qualquer responsabilidade. O fiador, recebendo a comunicação para honrar esta Carta Fiança, efetuará o pagamento do valor devido no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas seguintes a excussão dos bens do afiançado. Esta Fiança não cobre expectativa ou ocorrência de sinistro anterior a data de sua emissão. Esta Carta Fiança somente terá validade com o recibo de quitação do prêmio devido emitido por MAXXIMUS AFIANÇADORA LTDA: Companhia Fiduciária.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários: **ARI DE OLIVEIRA VIANA / O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: Art. 1º - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônica seguras.





MAXXIMUS

A FIANÇADORA

FIDUCIARY SERVICE

CNPJ/MF 13.703.820/0001-91

GARANTIA

Nº MAXG211203164707653

VALOR EM R\$ 113.603,46

(CENTO E TREZE MIL SEISCENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)

À MUNICIPIO DE PIÊN

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Referente: Documento de garantia n. MAXG211203164707653 PRADO E PRADO LTDA

CNPJ: 23.153.183/0001-80 Prezados senhores,

A presente tem a finalidade de informar a confirmação e respectiva conferência de autenticidade através de um código único e exclusivo do documento acima relacionado.

Para sua maior garantia e segurança solicitamos acessar nosso site conforme instruções a seguir:

1. <http://www.maxximusafiancadora.com.br>

2. PIN - MAXG211203164707653

3. Na continuidade os senhores terão acesso em nosso site da confirmação da autenticidade do documento acima relacionado.

Caso haja qualquer problema na visualização do documento mencionado acima, favor entrar em contato com nosso escritório.

Sem mais, estamos a vossa inteira disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento que se fizer necessário através de nosso email contato@maxximusafiancadora.com.br ou do telefone +55 14 3208-7775.

DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021*Concede licença para tratamento de saúde.*

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Ximena Fernandez C., e retificado pelo Dr João Cesar Linczuk,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 29 de novembro à 03 de dezembro de 2021, à servidora pública Solange Aparecida Ziemmer, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.009.354-3/PR, ocupante do cargo público de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado médico apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de novembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke

Código Identificador:20DFD3EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1420/2021, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 1420/2021.
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Concede auxílio-doença para servidor público.

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos e no Art. 54 da Lei Municipal 1.110/2011

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 12 de dezembro de 2021 à 02 de janeiro de 2022, à servidora pública Adriana da Cruz Runschka, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 6.424.722/SC, ocupante do cargo público de Agente de serviços gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 30 de novembro de 2021.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciana Lubke

Código Identificador:B062C300

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 125/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2021

CONTRATANTE: Município de Piên, Estado do Paraná, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.002.666/0001-40, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Maicon Grosskopf, portador da Cédula de Identidade RG nº 10094176-7 e do CPF/MF nº 080.278.589-17, e

CONTRATADA: PRADO E PRADO LTDA.

OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ com área de 17.925,28 m2, incluindo os serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.

VALOR: R\$ 2.272.069,20 (Dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, sessenta e nove reais e vinte centavos). As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta 04.001.15.451.0006.1001.44.90.51.0000 Fonte 796.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 210 (duzentos e dez) dias contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 420 (quatrocentos e vinte) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de dezembro de 2021.

FORO: Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná.

Piên/PR, 07 de dezembro de 2021.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:CB378CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 110/2021

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Presencial nº 110/2021, o qual tem como objeto a: "Registro de Preços para serviços de arbitragem para os campeonatos municipais em atendimento ao Departamento de Esportes" e, ADJUDICA os itens do objeto conforme relatório em anexo em favor das seguintes empresas:

ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS – ME, inscrita no CNPJ nº 25.237.379/0001-89, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R\$ 157.580,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e oitenta reais).

O processo atendeu a legislação pertinente em toda sua tramitação, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município em anexo ao processo.

Piên/PR, 06 de dezembro de 2021.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:C70AA755

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA LEI Nº 842/2021



MUNICÍPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: 1961
 Endereço: PRACA DO EXPEDICIONARIO, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Pien
 Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

Número 8954/2021 Tipo Global Emitido em 09/12/2021 Requisição Nº 5850 Req. Compra Nº 57456

Licitação

Tipo Concorrência Número 3/2021 de 14/09/2021

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
3139	125/2021 - SIM-AM: 1252021		06/12/2021	29/01/2023		06/12/2021	03/07/2022	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ	Bairro
PRADO E PRADO LTDA	28665-6	23.153.183/0001-80	JARDIM SÃO PAULO

Endereço: EPITACIO PESSOA, 52
 Cidade/UF: Cascavel/PR CEP: 85803-550 Fone: Tipo de conta bancária: Banco Agência: Conta:

Classificação da despesa

Classificação da despesa	Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	R\$ 2.100.000,00		
04.001 PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO		R\$ 2.100.000,00	
15.451.0006.1001 PAVIMENTAÇÃO E ASFALTO			
4.4.90.51.02.02 RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS			
997 00796 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			R\$ 0,00
Do Exercício			

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
23396	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM ÁREA DE 17.925,28 M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS		SERV	1,0000	2.100.000,0	2.100.000,0

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	22197180/2021	14/01/2022
CERTIDÃO FGTS	2021120202090531137109	31/12/2021
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	4E77.D4F2.2EE5.4D5E	16/04/2022

Forma de pagamento: EM ATÉ 30 DIAS

Local de entrega: PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO

MAICON GROSSKOPF
PREFEITO

CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JOSE LUIZ DE BARROS
CONTADOR



MUNICÍPIO DE PIÊN - PR

CNPJ: 76002668000140 IE: 1961
 Endereço: PRACA DO EXPEDICIONARIO, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
 Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

Número **8955/2021** Tipo **Global** Emitido em **09/12/2021** Requisição Nº **5851** Req. Compra Nº **57456**

Licitação Tipo **Concorrência** Número **3/2021 de 14/09/2021**

Contrato/Aditivo Sequência Contrato Aditivo Início da vigência Fim da vigência Fim da vig. atualizada Início da execução Fim da execução Fim da exe. atualizada
3139 125/2021 - SIM-AM: 1252021 06/12/2021 29/01/2023 06/12/2021 03/07/2022

Credor
 Fornecedor **PRADO E PRADO LTDA** Matrícula **28665-6** CPF/CNPJ **23.153.183/0001-80**
 Endereço **EPITACIO PESSOA, 52** Bairro **JARDIM SÃO PAULO**
 Cidade/UF **Cascavel/PR** CEP **85803-550** Fone Tipo de conta bancária Banco Agência Conta

Classificação da despesa
04 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO Saldo anterior **R\$ 172.069,20**
04.001 PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO Valor empenhado **R\$ 172.069,20**
15.451.0006.1001 PAVIMENTAÇÃO E ASFALTO Saldo atual **R\$ 0,00**
4.4.90.51.02.02 RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS
998 00620 Operações de Crédito Internas - FINISA
Do Exercício

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
23396	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM CBUQ COM ÁREA DE 17.925,28 M2, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS		SERV	1,0000	172.069,20	172.069,20

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	22197180/2021	14/01/2022
CERTIDÃO FGTS	2021120202090531137109	31/12/2021
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	4E77.D4F2.2EE5.4D5E	16/04/2022

Forma de pagamento: EM ATÉ 30 DIAS

Local de entrega: PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO

MAICON GROSSKOPF
PREFEITO

CLAUDEMIR JOSE DE ANDRADE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JOSE LUIZ DE BARROS
CONTADOR